

HABITAÇÃO: DIREITO HUMANO E SOCIAL

SUELI APARECIDA DE LIMA*
GERCELEY PACCOLA MINETTO.**

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo evidenciar o Desenvolvimento Pessoal e Social dos sujeitos envolvidos, através da intersetorialidade, na efetivação da Política de Habitação de Interesse Social, junto ao Conselho Municipal de Habitação, Moradores contemplados com o Projeto de Reassentamento do Parque Real e técnicos envolvidos. O estudo caracteriza-se por uma pesquisa qualitativa, exploratória, desenvolvida nos meses de fevereiro à outubro de 2008. O universo é composto pelos 30 Conselheiros e Técnicos, e 34 moradores participantes da implantação do projeto. A amostragem é 35% desse universo. A técnica de coleta de dados é a observação sistemática, a entrevista, semi-estruturada, com perguntas abertas para conselheiros e técnicos e, para os moradores, a reunião focal. Os dados revelam que os sujeitos envolvidos possuem conhecimento sobre a política habitacional municipal e o programa de reassentamento social. O conselho não é reconhecido pelos moradores, apesar do conhecimento de seu papel pelos conselheiros. Quanto à participação dos moradores é passiva, pois, necessita de um processo radical de transformação. Quanto a intersetorialidade há que se ter a quebra de paradigmas no sentido de mudar as políticas segmentadas para uma estrutura solidária.

Palavras chave: Políticas Públicas, Intersetorialidade, Desenvolvimento Pessoal e Social .

*Bacharelada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Bauru, mantida pela Instituição Toledo de Ensino.

**Possui graduação em Serviço Social - Instituição Toledo de Ensino (1982) e mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2002). Atualmente é professora da graduação e pós graduação do Curso de Serviço Social do Centro Universitário de Bauru-Mantido pela Instituição Toledo de Ensino.

RESUMEN

El presente estudio tiene como propósito, evidenciar el Desarrollo Personal y Social de los sujetos abarcados, través de la intersetorialidad, en la implantacion de la Política de Habitación de Interes Sociales, junto a el Consejo de Habitación de lá Municipalidad, Habitantes contemplados con el Proyecto de Asentamiento de Parque Real y técnicos abarcados. El estudio caracteriza por una pesquisa de cualidad y exploración, deessarollada en lo período de febrero a octubre de 2008. El universo és compuesto por 30 Consejeros y técnicos, y 34 habitantes que participan de la implantación de lo proyecto. La muestra és de 35% de esse universo. La técnica de la colecta de datos és la observación sistemática, la entrevista, casi-estructurada, con questiones abiertas a los consejeros y técnicos y, para los habitantes, la reunión focal. Los quesitos revelan que los sujetos involucrados tienen conocimiento de la política de habitacion de lo municipio y su programa de reasentamiento social. El Consejo no és, todavia, reconocido por los habitantes, aun que aya conocimiento de su importância por los consejeros. Cuanto a la participación de los habitantes és pasiva, y, necesita de un proceso radical de transformación. Cuanto la intersetorialidad a que tener la ruptura de paradigmas en lo sentimiento de cambiar lãs políticas segmentadas por una estructura solidária.

Palabras llave: Políticas Públicas. Intersetorialidad, Desarrollo Personal y Social.

1 INTRODUÇÃO

Vive-se um momento ímpar onde, no enfrentamento das demandas urbanas, o direito à cidade em sua totalidade, finalmente é colocado na pauta da agenda política nacional através da criação do Ministério das Cidades. Assim, novos desafios são colocados pelas mudanças no papel do Estado e de outras instituições públicas, públicas não-estatais e privadas, bem como nas estratégias de sobrevivência dos grupos sociais que sofrem a segregação do espaço urbano inúmeras famílias, principalmente as empobrecidas, deparam-se ainda com a precariedade das políticas públicas, tendo em vista que não atendem toda a demanda e/ou quando atendem, muitas vezes, não possuem a qualidade necessária para contribuir no processo de autonomia dos sujeitos, ou seja, de proporcionar-lhes condições de superarem as fragilidades a que estão expostos.

Não é por outra razão que nas discussões da terceira Conferência das Cidades os temas pautados são sobre sustentabilidade, desenvolvimento com inclusão social, meio ambiente, governança e participação popular na gestão da coisa pública.

De acordo com o secretário executivo do Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU), Santos Jr. (2004), o brasileiro mora mal nas grandes cidades por duas grandes razões interligadas:

De um lado, o nosso modelo de desenvolvimento vem sendo caracterizado ao longo da história pela produção e reprodução de desigualdades que têm como resultado a exclusão social de parcelas significativas da população que não têm acesso aos direitos fundamentais que caracterizam a cidadania. De outro, é importante destacar que o processo de urbanização do Brasil, desigual e excludente, gerou um modelo de cidade marcado pela segregação e pela ilegalidade urbana, o que impossibilita as classes populares de exercer plenamente sua cidadania. A essas duas razões somam-se outras de grande importância, que se combinam de forma perversa, tais como as clivagens de gênero e de etnia, que têm como resultado a criação e o desenvolvimento de cidades sem cidadãos plenos.

Para mudar esta realidade, é fundamental a participação e o engajamento de governantes, iniciativa privada, profissionais de diferentes áreas e a sociedade organizada contribuindo na construção de cidades mais dignas e democráticas.

Como aponta Iamamoto (2003, p.40) vive-se num mundo de constantes transformações políticas, sociais e morais, trazidas pelo neoliberalismo, pela globalização, pelo avanço tecnológico e pelas mudanças no mundo do trabalho, onde a classe trabalhadora, ou os assalariados, vêm sofrendo um constante processo de empobrecimento e perdas de direitos, aprofundando o abismo da implacável desigualdade social, agravando a questão social e suas expressões, objeto de trabalho do Serviço Social contemporâneo, uma profissão eminentemente interventiva que tem como objetivos a garantia da efetivação dos direitos sociais e humanos e a emancipação dos sujeitos em seu processo.

Dowbor (1994, p.11) afirma que:

A questão do poder local está rapidamente emergindo para tornar-se uma das questões fundamentais da nossa organização como sociedade. Referido como *local authority* em inglês, *communautes locales* em francês, ou ainda como espaço local, o poder local está no centro do conjunto de transformações que envolvem a descentralização, a desburocratização e a participação, bem como as chamadas novas tecnologias urbanas.

Segundo Santos Jr. (2006) os mutirões autogestionados e as lutas por moradia que se espalham no país, organizados pelos quatro movimentos populares de âmbito nacional: a Central de Movimentos Populares (CMP), a CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores), a UNMP (União Nacional dos Movimentos Populares) e a MNLM (Movimento Nacional de Luta pela Moradia) tem como ponto central que:

É necessário superar a maneira como as cidades vêm sendo tratadas, através da visão setorial, e buscar a integração das políticas urbanas em torno de uma plataforma de ação que enfrente o modelo neoliberal de cidade, na perspectiva de uma nova utopia de cidades justas e democráticas.

Para tanto, se faz necessário além do planejamento e investimentos dos governos em todas as esferas, também da sociedade civil e das empresas interessadas, ou seja, as indústrias da construção, e as instituições financeiras têm que fazer sua parte. A articulação e combinação de ações entre programas, intersetorial, intergovernamental e entre agentes sociais permite potencializar o desempenho da política pública.

Segundo Minetto (2005, p.9) o conceito de poder tem como lugar de constituição o campo das práticas de classe, conseqüentemente, as relações entre as classes são relações de

poder. Não está situada nos níveis de estrutura: é um efeito do conjunto desses níveis.

Mediante tais considerações, e por fazer parte da equipe técnica que atua junto à política habitacional do município de Bauru, foi o que instigou a pesquisadora em saber se a intersectorialidade da Política Habitacional de Interesse Social possibilita o Desenvolvimento Pessoal e Social?

Como resposta ao questionamento, sugeriu-se como hipótese que a intersectorialidade da Política Habitacional de Interesse Social possibilita o Desenvolvimento Pessoal e Social, pois ela ultrapassa as atitudes teórico-críticas dos problemas habitacionais e adota práticas transformadoras com engajamento dos diferentes setores públicos e da sociedade através de práticas sociais que propiciam mudança da realidade, uma vez que contempla valores como autonomia, democracia, dignidade da pessoa humana, solidariedade, equidade e respeito. A participação da população e o engajamento de governantes, iniciativa privada e profissionais de diferentes áreas contribui para a construção de cidades mais dignas e democráticas.

Os objetivos levantados para verificar a hipótese são: evidenciar o Desenvolvimento Pessoal e Social dos sujeitos envolvidos através da intersectorialidade na efetivação da Política de Habitação de Interesse Social.

Apontando para evidenciar o desenvolvimento social e pessoal possibilitado pela Política de Habitação de Interesse Social; destacar a importância da intersectorialidade na efetivação do Programa de reassentamento; Identificar as expectativas dos sujeitos frente ao programa de reassentamento Urbano; revelar o envolvimento dos sujeitos.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo instrumental varia conforme os sujeitos a saber: a entrevista semi- estruturada por questionário e formulários para técnicos e conselheiros e a reunião focal para com os moradores.

O universo da pesquisa são os Técnicos envolvidos na política de habitação o Conselho da Habitação e Moradores participantes do programa de Reassentamento no Parque Real.

Por isso, esta pesquisa possui relevância aos referidos espaços ocupacionais, haja vista que proporcionará conhecimento científico possibilitando uma análise acerca dos serviços oferecidos e das propostas de intervenção, contribuindo para a qualidade dos serviços prestados à população usuária e na melhoria de sua qualidade de vida.

Em relação aos profissionais será também um relevante instrumento de análise da realidade, pois, com conhecimentos mais profundos a respeito da temática, possibilitara uma intervenção consciente, crítica, totalizante e sistematizada junto a essas famílias.

Para o Serviço Social e Sociologia fará valer a portaria que determina que somente o profissional de Serviço Social e Sociólogo podem ser coordenadores do projeto técnico

social, que é exigido para início de construção e implantação dos projetos habitacionais, nas quais os municípios são contemplados com recursos do Governo Federal, atendendo à política de habitação.

Ressalta-se também a importância dessa pesquisa por ser inédita e original, pois não existem outros trabalhos focalizando esse assunto na referida área de abrangência na cidade de Bauru.

O estudo está subdividido em cinco itens: 1-Introdução; a fundamentação teórica evidenciando no item 2.A Política Habitacional como indutora do Desenvolvimento Pessoal e Social, 2.1 Contextualização da Política Habitacional no Brasil; 2.2 A produção e gestão das cidades; 2.3 Habitação em Bauru: revivendo sua história;

O item 3 trata a O Desenvolvimento Local Possibilitado pelo empoderamento dos Sujeitos; 3.1 Desenvolvimento Local possibilitado pelo empoderamento dos sujeitos; 3.2 Importância da participação social para o Desenvolvimento Local; 3.3 A importância do Serviço Social na Política de Habitação

O item 4 trata da metodologia da pesquisa e análise dos resultados sistematizados em eixos a saber: expectativas dos sujeitos frente ao programa habitacional de interesse social; grau de desenvolvimento pessoal e social; importância da intersetorialidade na efetivação do programa .

Finalmente, no item 5 apresenta-se a conclusão e sugestões que o trabalho aponta.

2 A POLÍTICA HABITACIONAL COMO INDUTORA DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL

2.1 Contextualização da Política Habitacional no Brasil

Essa contextualização da política habitacional no Brasil baseia-se nas referências apresentadas no Plano Municipal de Habitação de Santo André, Plano Nacional de Habitação, e documentos e registros da Secretaria Municipal de Planejamento do Município de Bauru, teorias estas que deram o delineamento do processo histórico da Política Habitacional no Brasil.

A habitação das classes populares nas cidades brasileiras se deu, até os anos 30 do século XX, através de moradias de aluguel de baixo padrão e coletivas (os cortiços) ou, em menor escala, através da produção privada de vilas operárias pelos empregadores. A

produção das vilas foi incentivada pelo poder público com isenções fiscais, mas, mesmo com tais incentivos, essas moradias só eram acessíveis para segmentos da baixa classe média (operários qualificados, funcionários públicos e comerciantes), não o sendo para a população mais pobre.

Os cortiços eram a forma mais comum de moradia para a maioria da população e um negócio muito lucrativo para seus proprietários, proliferando-se, apesar de fortemente combatidos em nome da saúde pública. Quando se tornavam obstáculos à renovação urbana das áreas nobres da cidade, eram demolidos, e seus moradores deslocados para as regiões menos valorizadas pelo mercado.

Na era Vargas (dec.30) , pela primeira vez, foram colocadas em prática políticas habitacionais públicas, reconhecendo-se que não bastava apenas a ação do mercado. Nessa década foram criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAP, que, embora tivessem como atribuição principal implantar a previdência pública no Brasil, tornaram-se uma referência na história da arquitetura de habitação social ao produzir, com os fundos previdenciários, conjuntos residenciais de excelente qualidade dirigidos para seus associados. Ainda que a produção dos IAPs não tenha sido suficiente para suprir as necessidades de moradias urbanas, já muito expressivas no período do pós 2ª Guerra, foi um grande avanço frente a até então inexistente ação do Estado nesta área.

Entre 1937 e 1945, produziram ou financiaram 124 mil unidades, representando cerca de 5.2% da população urbana brasileira na época. Sendo que até 1964, produziram 140 mil unidades ao todo.

A intervenção habitacional realizada pelos IAP's atendiam apenas os trabalhadores com carteira assinada, especialmente industriários, comerciários, bancários e do setor de transportes, mas deixou de lado as populações marginalizadas e os setores de menor renda entre os trabalhadores.

Em 1942, a Lei do Inquilinato limitava as possibilidades de lucro para os proprietários de vilas e casas de aluguel, ao congelar os preços e diminuir a segurança do negócio para os locadores. Acabou tendo como efeito o estímulo à propriedade privada do imóvel urbano, no lugar do aluguel, restringindo ainda mais o acesso à habitação. A oferta de moradias de aluguel diminuiu, elevando os valores de locação, sem que o Estado suprisse a demanda por habitações. Restava à população a ocupação informal de terras ou a compra de lotes na periferia, muitas vezes em loteamentos irregulares ou desprovidos de infraestrutura. Essa forma de produção do espaço urbano acentuou-se ao longo das décadas seguintes, tornando-se a regra para a maioria da população nas cidades brasileiras e dispensando o Estado da provisão de habitação social.

No Governo Dutra (1946 – 1950) foi criada a Fundação da Casa Popular (FCP),

primeiro órgão nacional a tratar exclusivamente da venda de casas para a população de baixa renda. A FCP, no entanto, sofreu da falta de recursos, já que dependia do orçamento da União, e em 18 anos de atuação, de 1946 a 1964, construiu apenas 18.143 unidades habitacionais. Sua produção é considerada baixíssima, comparada à produção dos IAPs, segundo Denald (2006, p.10).

Foi sob as condições descritas acima que ocorreu a intensificação do processo de urbanização no Brasil, impulsionada pela industrialização promovida por Juscelino Kubitschek a partir da década de 1950. Com a explosão da migração rural-urbana (consequência da ausência de uma reforma agrária e da expansão do emprego industrial nas metrópoles do Sudeste), explodia também a concentração urbana, principalmente nas grandes cidades. De 26,34% em 1940, a população urbana no Brasil pulou para 68,86% em 1980, e para mais de 80% no início deste século (SANTO ANDRÉ, p.11)

A concentração populacional nos grandes centros industriais brasileiros não foi acompanhada pela ação do Estado para garantir condições mínimas de infra-estrutura urbana e qualidade de vida. A política habitacional brasileira era, na prática, uma “não-política” – o mais fácil e menos oneroso era deixar a população encontrar soluções de habitação por meio da autoconstrução generalizada, uma fórmula capaz de permitir uma moradia mínima para a classe trabalhadora, sem que isto implicasse em elevar os custos da mão-de-obra, tanto para os empregadores como para o Estado.

A Política Habitacional foi criada logo após o golpe, em 1964, como uma resposta do governo militar à crise de moradia presente num país que se urbanizava aceleradamente, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH).

Malgrado as críticas ao BNH e ao sistema por ele preconizado, sua importância é indiscutível, pois este período (1964-86) foi o único em que o país teve, de fato, uma Política Nacional de Habitação, com uma estratégia clara: estrutura institucional de abrangência nacional, paralela à administração direta, formado pelo BNH e uma rede de agentes promotores e financeiros (privados ou estatais) capazes de viabilizar a implementação em grande escala das ações necessárias na área habitacional, além de fontes de recursos estáveis, permanentes e independentes de oscilações políticas (Fundo de Garantia – FGTS, poupança compulsória de todos os assalariados brasileiros) e a poupança voluntária que formou o SBPE.

Segundo Denald (2006 p.12) os resultados foram muito expressivos: nos vinte e dois anos de funcionamento do BNH, o Sistema Financeiro da Habitação financiou a construção de 4,3 milhões de unidades novas, das quais 2,4 milhões com recursos do FGTS, para o setor popular, e 1,9 milhões com recursos do SBPE, para o mercado de habitação para a classe média. Se for considerado o período até 2.000, pois o SFH continuou funcionando

após a extinção do BNH em 1986, foram financiados cerca de 6,5 milhões de unidades habitacionais.

Embora o BNH tenha financiado cerca de 25% das novas moradias construídas no país, esteve aquém das necessidades geradas pelo acelerado processo de urbanização brasileiro: entre 1950 e 2000, a população que vive em cidades com mais de 20 mil habitantes cresceu de 11 para 125 milhões. Além de insuficiente, a produção foi mal distribuída do ponto de vista da demanda. Há ainda, que se apontarem os equívocos que contribuíram para que não se tenha equacionado o problema da moradia à população de baixa renda, tais como: modelo de gestão rígido e centralizado, com administração autoritária, sem participação popular na concepção dos programas e projetos e sem controle social; adoção da casa própria como única forma de acesso à moradia; não incorporação de outros processos de produção da moradia, como a autoconstrução e a urbanização de assentamentos precários, nos programas públicos; utilização exclusiva de recursos retornáveis, sem subsídios, com critérios de financiamento bancários, excluindo parcelas significativas da população de mais baixa renda.

É necessário enfatizar ainda, o desastre do ponto de vista arquitetônico e urbanístico da intervenção realizada. Dentre os erros praticados, destaca-se a opção por grandes conjuntos na periferia das cidades, o que gerou verdadeiros bairros dormitórios; a desarticulação entre os projetos habitacionais e a política urbana e o desprezo pela qualidade dos projetos, gerando soluções uniformizadas, padronizadas e sem nenhuma preocupação com a qualidade da moradia, com a inserção urbana, com o respeito ao meio físico e às diversidades existentes num país de dimensões continentais.

A partir do início dos anos 80, a crise do modelo econômico implementado pelo regime militar, gerou recessão, inflação, desemprego e queda dos níveis salariais. O processo teve enorme repercussão no SFH, reduzindo sua capacidade de investimento, gerada pela retração dos saldos do FGTS e da poupança e forte aumento na inadimplência, provocada por um cada vez maior descompasso entre o aumento das prestações e a capacidade de pagamento dos mutuários.

No período, vivia-se uma grande mobilização popular pela redemocratização, clima que reforçou a crítica ao BNH, associado ao regime autoritário. Organizaram-se os movimentos sociais por moradia e reforma urbana, entre eles o Movimento Nacional dos Mutuários, que agregava mutuários do BNH de baixa e média renda com dificuldades para pagar as prestações. Criticavam o caráter financeiro do SFH e pediam mudanças. A resposta do governo – redução drástica das prestações - gerou um enorme rombo no SFH, com graves conseqüências futuras.

Com o fim do regime militar, em 1985, esperava-se uma profunda reestruturação, na

perspectiva da formulação de uma nova política habitacional para o país. No entanto, o que ocorreu foi a simples extinção do BNH em 1986, sem encontrar resistências: ele tinha se tornando uma das instituições mais odiadas do país.

Entre a extinção do BNH (1986) e a criação do Ministério das Cidades (2003), o setor responsável pela gestão da política habitacional esteve subordinado a sete ministérios ou estruturas administrativas diferentes, sem continuidade e estratégia para enfrentar o problema. A Caixa Econômica Federal tornou-se o agente financeiro do SFH, absorvendo atribuições, pessoal e acervo do BNH.

Durante o governo Collor, houve a paralisação total dos financiamentos do Fundo. A produção minguou, enquanto a carência de moradia se agravou, acompanhada pelo empobrecimento vivido nas décadas de 80 e 90.

Nesta fase ocorre uma descentralização, deixando de existir uma estratégia nacional, apesar de vazia ocupada, de forma fragmentária, mas criativa, pelos estados e municípios, com o desenvolvimento de práticas tradicionais já utilizadas pela população mais pobre, como o mutirão. Em alguns casos ocorre também uma melhor inserção urbana dos programas e projetos habitacionais.

Para fazer frente ao declínio das aplicações do SFH, alguns Estados aplicaram recursos de grande monta, como o Estado de São Paulo que firmou um acordo com os empresários para elevar em 1% a alíquota do ICMS, gerando um fundo de grande expressão para a aplicação em habitação.

O grande marco foi a Constituição Federal de 1988, que tornou a habitação uma atribuição concorrente dos três níveis de governo. A mobilização dos movimentos de moradia ampliou a pressão por uma maior participação dos municípios, pois a democratização tornou o poder local o principal interlocutor das organizações populares e o responsável pelo equacionamento das demandas sociais, acentuando-se a tendência de descentralização dos programas habitacionais.

Em 1999, no governo Fernando Henrique Cardoso, ocorre uma retomada nos financiamentos de habitação e saneamento, com base nos recursos do FGTS, depois de vários anos de paralisação, com mudança de concepção e novos programas com pressupostos diversos daqueles que vigoraram desde o período do BNH. Princípios como flexibilidade, descentralização, diversidade, reconhecimento da cidade real, entre outros, foram adotados como novos referenciais. Dentre os programas criados no governo FHC e que continuaram a existir no governo Lula, incluem-se programas de financiamento voltados ao beneficiário final (Carta de Crédito, individual e associativa), que passaram a absorver a maior parte dos recursos do FGTS. Além destes, foi criado um programa voltado para o poder público, focado na urbanização de áreas precárias (Promoradia), paralisado em

1998, quando se proibiu o financiamento para o setor público, e um programa voltado para o setor privado (Apoio à Produção) que teve um desempenho pífio. Em 1999 foi criado o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), programa inovador voltado à produção de unidades novas para arrendamento que utiliza um “mix” de recursos formado pelo FGTS e recursos de origem fiscal.

As alterações promovidas, embora a primeira vista pudessem expressar uma renovação, rompendo a rígida concepção herdada dos tempos do BNH, de fato não conseguiram alavancar uma nova política e acabaram por gerar um conjunto de efeitos perversos do ponto de vista social, econômico e urbano. O financiamento à aquisição de imóvel usado, que absorveu cerca de R\$ 9,3 bilhões, é um programa com escasso impacto, não gerando empregos e atividade econômica. O financiamento ao material de construção, embora tenha o mérito de apoiar o auto-emprego da casa própria e de gerar um atendimento massivo (567 mil beneficiados no período, o de maior alcance quantitativo), tende a estimular a produção informal da moradia, agravando os problemas urbanos, sobretudo pela falta de assistência técnica, não garantindo condições adequadas de habitabilidade.

Entre 1995 e 2003, 78,84% do total dos recursos foram destinados as famílias com renda superior a 5 salários mínimos, sendo que apenas 8,47% foram destinados para a baixíssima renda (até 3 SM) onde se concentram 83,2% do déficit quantitativo.

É necessário, ainda, fazer referência à aprovação e promulgação do Estatuto da Cidade, em 2001, depois de 13 anos de tramitação, que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição e criou instrumentos capazes de interferir no acesso à terra, aspecto fundamental para equacionar a questão da habitação. O Estatuto da Cidade abriu para os municípios uma ampla gama de alternativas para regular o processo de desenvolvimento urbano, requerendo, para isto, a formulação de um Plano Diretor que incorpore os novos instrumentos e uma gestão da política urbana que garanta sua implementação.

A partir de 2003, com a posse de Luis Inácio Lula da Silva, abriram-se novas perspectivas para a implementação de uma política nacional de habitação.

A proposta do novo governo foi baseada no Projeto Moradia, elaborado pelo Instituto Cidadania - organização coordenada pelo presidente, até sua posse - para formular uma estratégia geral de equacionamento do déficit habitacional brasileiro, visando, num prazo de 15 anos, garantir a todo cidadão brasileiro uma moradia digna. O projeto serve de referência para a formulação, não apenas da política de habitação do governo federal, mas para uma estratégia que deve envolver todos os níveis de governo (com um lugar de destaque para as administrações municipais) e setores da sociedade – setor privado, ONGs, universidades, movimentos sociais - a partir da síntese dos pensamentos já existentes.

A estratégia geral partia do pressuposto de que para enfrentar a magnitude do problema habitacional seria necessário congregiar os esforços dos três níveis de governo, criando o Sistema Nacional de Habitação, que articularia todos os órgãos públicos voltados para habitação, incluindo órgãos da administração direta, conselhos e fundos.

Foi criado o Ministério das Cidades, em 2003, com o caráter de órgão coordenador, gestor e formulador da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, envolvendo, de forma integrada, as políticas ligadas à cidade, ocupando um vazio institucional e resgatando para si a coordenação política e técnica das questões urbanas. Coube-lhe, ainda, a incumbência de articular e qualificar os diferentes entes federativos na montagem de uma estratégia nacional para solucionar os problemas urbanos das cidades brasileiras, alavancando mudanças com o apoio dos instrumentos legais estabelecidos pelo Estatuto das Cidades.

A aprovação pelo Congresso, da Lei n 11.124/2005 que criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, antiga reivindicação do movimento de habitação e pedra fundamental do Projeto Moradia, veio completar os instrumentos necessários para implementar uma nova política nacional, e que deve centralizar todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social (BRASIL, 2005, art. 3º), “articulando, compatibilizando, acompanhando e apoiando a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação” (BRASIL, 2005, art. 2º III).

O SNHIS é integrado por órgãos, conselhos e entidades da União, estados e municípios afetos a questão da habitação, assim como por entidades privadas que desempenham atividades na área da habitação e agentes promotores e financeiros autorizados a atuar no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação. Constitui, portanto, um instrumento de articulação essencial para viabilizar uma política habitacional integrada e capaz de equacionar o enfrentamento do problema da moradia.

De forma compatível com o caráter descentralizado com que foi instituído o SNHIS, a lei estabelece que os recursos do FNHIS devem ser aplicados por intermédio dos estados, Distrito Federal e municípios, estabelecendo um conjunto de condições para a adesão plena dos entes federativos ao SNHIS, requisito necessário para o recebimento de recursos do FNHIS. Dentre os requisitos necessários para a adesão dos entes federativos exige-se: constituir Fundo com dotação orçamentária própria, destinado a implementar Política de Habitação de Interesse Social e receber os recursos do FNHIS; constituir Conselho que contemple a participação de entidades públicas e privadas, bem como de parcelas da sociedade ligados à área de habitação; apresentar Plano Habitacional de Interesse Social – PLHIS, considerando as especificidades do local e da demanda; firmar termo de adesão ao

SNHIS; elaborar relatórios de gestão; observar os parâmetros e diretrizes para concessão de subsídios no âmbito do SNHIS.

Com a criação do SNHIS consolida-se a idéia de que as políticas habitacionais dos três níveis de governo precisam estar articuladas entre si, planejadas através de planos habitacionais e, controladas por instâncias de controle social e participação para que os recursos de subsídio do FNHIS possam ser repassados para aos estados e municípios.

2.2 A produção e a gestão das cidades

A exclusão sócio-espacial e os contrastes que caracterizam as grandes cidades brasileiras são o retrato urbano de uma sociedade que se estruturou voltada para o privilégio de poucos. Vive-se num país desigual, com cidades desiguais: hoje, cerca de 40% da população, das grandes metrópoles vivem na informalidade urbana.

Segundo Koga e Nakano (2006, p. 20):

No Brasil, as políticas públicas se defrontam com o desafio de investir para a democratização do poder público e a universalização dos direitos sociais básicos, bem como para reduzir as desigualdades sócio territoriais, sem perder os vínculos com as particularidades e diversidades locais.

Segundo Capristano (2000), o princípio de moradia que deve nortear a ação nessa área é:

À habitação constitui um direito humano básico. Afinal, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu artigo 25, prevê que todos têm o direito a um padrão de vida adequado para sua saúde e bem-estar e de sua família, incluindo. [...]. moradia.[...]. . Sendo assim, considero um dever do Estado prover as condições para o pleno exercício desse direito fundamental. Levando-se em conta que o Brasil sustenta uma imensa desigualdade social, com uma concentração de renda quase sem similares no mundo, devemos considerar que a uma enorme parcela da população não são dadas possibilidades de acesso ao mercado imobiliário. Incluímos ainda em nosso conceito de habitação popular, o oferecimento de acesso aos serviços urbanos a essas pessoas de tal maneira a assegurar-lhes condições de vida saudáveis e dignas, transformando-os em verdadeiros cidadãos. Sem esse pressuposto, a moradia fica resumida à garantia de um teto para que essa população possa se reproduzir, mantendo, no entanto, as mesmas condições de exclusão e miséria em que se encontram.

Verifica-se que a moradia é um direito social que deve ser garantido a todo cidadão brasileiro, bem como os serviços urbanos para que possam ter uma vida digna.

Faz parte desse contexto a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001, a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e a recente criação do Sistema Nacional de Habitação (SNH), que se propõe a articular as ações e recursos das diversas esferas de governo e dos agentes comprometidos em enfrentar o problema habitacional. Neste Sistema, insere-se o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, fruto de anos de mobilização dos movimentos por moradia e reforma urbana.

Agora, com o Estatuto da Cidade e o conceito da função social da propriedade, os proprietários são obrigados por lei a utilizá-la de forma que beneficiem também a comunidade.

Ocorre assim, uma mudança radical na forma de se considerar a propriedade, quebrando o paradigma de compreensão e interpretação individualista e absolutista, e substituindo-o pelo princípio do bem coletivo.

Obrigatoriamente participativo, o Plano Diretor deve ser elaborado pelas prefeituras em conjunto com vereadores e sociedade, traçando as diretrizes de um município para áreas básicas, como ocupação do solo, habitação, meio ambiente e prioridades de investimentos econômicos e sociais.

No Brasil, de um total de 5.561 municípios, existem cerca de 30% enquadrados na faixa de exigência de elaboração do Plano Diretor, sendo que, em 2003, menos de 100 municípios brasileiros realizavam planejamento urbano de forma participativa.

Pela primeira vez na história do Brasil, os municípios estão pensando e planejando o seu futuro de forma participativa. Apresentar o Plano Diretor Participativo às Câmaras Municipais é só o primeiro passo; o grande desafio é implementá-lo, pois ele tem a ver com a ocupação ordenada e democrática dos espaços das cidades. Para isso, é essencial que a sociedade se conscientize, fique atenta, vigilante, fiscalize e exija o trabalho bem feito dos seus responsáveis.

Portanto, o Estatuto da Cidade é um marco do processo de transformação e modernização da administração Pública e, certamente, se tornará um divisor na redefinição da função da propriedade na sociedade. Suas repercussões sociais e costumes serão fundamentais para se reescrever o planejamento urbano no Brasil, buscando atender de forma mais eficiente aos anseios da coletividade. Se bem utilizado, poderá vir a ser uma importante ferramenta para corrigir algumas das graves mazelas urbanas.

2.3 Habitação em Bauru: revivendo sua história

Em Bauru, foram realizados dois projetos de remoção de favelas localizadas em área de risco. O primeiro, em 1991, promoveu o reassentamento da favela do Jardim Samburá, com 33 famílias. O segundo, um projeto em parceria com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU, ocorrido em 1994/1996 com a construção do Núcleo Habitacional Fortunato Rocha Lima, em regime de mutirão, com aproximadamente 500 unidades, englobando diversas favelas. Porém, ao longo dos últimos anos a situação tem se agravado.

Em 2004, a pesquisadora era militante da Federação das Associações Comunitária do Estado de São Paulo - FACESP e juntamente com o movimento consegue recursos do Crédito Solidário do Fundo Nacional de Habitação para a remoção de 42 famílias de área de risco na cidade. O prefeito faz a doação de área e começa a tramitar o processo de organização dos moradores, porém não havia equipe técnica disponível para o projeto.

Nessa época, realiza-se a 1ª Conferência da Cidade de Bauru quando nos grupos temáticos evidencia-se a ausência de políticas habitacionais.

A pesquisadora participou como integrante da comissão organizadora representando os movimentos sociais.

Até 2003, a questão habitacional no Município se traduziu em ações isoladas, sem políticas públicas eficazes, para dar conta da segregação urbana.

Nesse período estava sendo discutida a revisão do Plano Diretor de 1996 e é formado um Grupo de Trabalho nomeado pelo Decreto Municipal nº 9.653/2003 encarregado de elaborar o Plano Diretor do Município. Formado por técnicos da Secretaria de Planejamento e Secretaria dos Negócios Jurídicos, realizou diversas reuniões técnicas, e o tema habitação passa a ser incluído nas discussões.

Diante disso, um grupo de técnicos municipais e representantes da sociedade civil, passa a se reunir e discutir o tema Habitação. Esse grupo é formalizado por meio do Decreto Municipal 9.793/2004 e tem início a formulação de diretrizes e propostas nesta área, com o mapeamento das favelas, realizada pela equipe multidisciplinar da Prefeitura Municipal de Bauru.

As discussões em função do período eleitoral tiveram os trabalhos interrompidos.

Em 2005, assume o Prefeito José Gualberto Tuga Martins Angerami, e a pesquisadora passa a coordenar o projeto Crédito Solidário, para remoção da favela do Jardim Andorfato, como técnica atuando na Secretaria Municipal das Administrações Regionais (SEAR), onde trabalharia diretamente com o projeto e os movimentos sociais.

Porém, os moradores do entorno para onde as famílias seriam removidas pressionam o legislativo. Há morosidade na regularização da documentação exigida pelo poder público e o projeto não se realiza embora já tivesse toda documentação pertinente aos moradores sido entregue na Caixa Econômica, e o recurso liberado no valor de R\$420.000 é devolvido ao Ministério das Cidades.

Seguindo orientações do Governo Federal e exigências do Estatuto da Cidade o prefeito eleito nomeia um grupo multidisciplinar para elaborar o Plano Diretor Participativo (PDP) através do Decreto 10.039/2005 contemplando as políticas públicas com enfoque na ordenação do território e políticas intersetoriais para os próximos 10 anos e a pesquisadora integra o grupo interdisciplinar, e participa da elaboração do PDP, não mais pelo movimento social, mas representando o poder público.

Na 2ª Conferência da Cidade, ocorrida em 2005, a Mesa Temática “Participação e Controle Social”, discutiu e aprovou a proposta de setorização do Município por bacias hidrográficas, a forma de representatividade da população no processo de elaboração do Plano Diretor e a composição dos membros do Núcleo Gestor (NG), responsável pela coordenação dos trabalhos, definição do cronograma das atividades, verificação do cumprimento das regras estabelecidas coletivamente, propiciando ampla divulgação e participação da comunidade em todas as etapas do processo de elaboração do PDP.

Foram realizadas 77 reuniões públicas, nos diversos setores urbanos e rurais, totalizando um público de 3.026 pessoas. O Congresso final foi realizado em três dias, com a presença de delegados credenciados, além de diversos secretários municipais, funcionários públicos, convidados e pessoas interessadas. Foi apresentada a minuta construída de acordo com as propostas levantadas em plenário, e cada delegado podia fazer destaques para emenda modificativa, supressiva ou aditiva, apresentada à plenária para votação. A minuta aprovada foi transformada no Projeto de Lei 75/2006 encaminhado à Câmara Municipal em 22 de setembro de 2006 sendo finalmente aprovado e sancionado através da Lei 5.631 de 22 de agosto de 2008.

Rigitano (2006, p.182) afirma que:

O processo ocorrido em 2005/2006 permitiu o envolvimento de um número significativo de pessoas, das mais diversas classes sociais e setores, tanto urbanos quanto rurais, que puderam emitir opinião, sugerir, propor, concordar e discordar. Seus representantes foram eleitos em plenárias abertas, tendo a atribuição de acompanhar o processo até o final, certificando-se que as propostas discutidas e aprovadas fossem contempladas no texto legal.

Ressalta-se como ganho algumas propostas aprovadas no Congresso final do PDP, para o desenvolvimento da cidade, diante da divisão da Cidade por território

de planejamento, segundo as bacias hidrográficas, conforme os artigos da Lei 5631/2008, que institui a saber:

Art. 7º. O território do Município, constituído de Zona Urbana e Zona Rural, será dividido em 21 (vinte e um) Setores de Planejamento, unidades territoriais adotadas para elaboração deste Plano Diretor e referendados na 2ª Conferência da Cidade, cujas divisas são os limites das bacias hidrográficas, com ajustes em função do sistema viário, rodovias e ferrovias

§ 2º Os Setores de Planejamento deverão ser encaminhados aos órgãos públicos nos três níveis de governo, solicitando que os mesmo dêem observância às novas unidades de planejamento.

Art. 8º. Os Setores de Planejamento constituem unidades físicas para o desenvolvimento das políticas municipais, através de Planos Urbanísticos Setoriais que envolvam as áreas sociais, ambientais, obras e serviços, inclusive para efeito de realização do Orçamento Participativo.

Art.10º. Os Planos Urbanísticos Setoriais serão elaborados de forma participativa e deverão conter no mínimo ações, prazos, metas e orçamentos.

Portanto, o Município de Bauru, além da divisão em setores de planejamento, prevê a realização do Orçamento Participativo, o que possibilitará o envolvimento das comunidades para um verdadeiro desenvolvimento local.

A Lei nº 5.523 27 de Dezembro de 2.007, também foi um grande avanço, pois institui a Política de Habitação de Interesse Social (PMH) que tem por finalidade orientar as ações do Poder Público compartilhadas com as do setor privado, e expressando a interação com a sociedade civil organizada, de modo a assegurar às famílias, especialmente as de baixa renda, o acesso, de forma gradativa, à habitação em seu art 4º está regulamentado quais os órgãos e entidades da administração são responsáveis pela implantação a saber:

Art. 4º. São instrumentos da Política Municipal de Habitação:

I órgãos da Administração Direta e Indireta;

II COHAB-Bauru;

III Conselho Municipal de Habitação;

IV Conferência Municipal de Habitação e/ou Conferência do Município;

V Grupo Gestor do Fundo Municipal de Habitação –

GGF;

VI Plano Municipal de Habitação.

Já o Art. 81 do PDP estabelece as Zonas Especiais de Interesse Social e o Art. 82, as favelas que deverão ser removidas por estarem em áreas de risco, destinadas à área verde, área de preservação permanente ou área de previsão de inundação, por represa de contenção de águas pluviais do Município.

As favelas nestas condições são:

Art. 82: Jardim Flórida inserida em área verde do loteamento Jardim Flórida; Jardim Ivone ocupando a área verde do J. Ivone; Maria Célia dentro da área destinada à área verde do J. Maria Célia, localizadas na área de preservação permanente do Córrego Palmital; Parque Jaraguá onde ocupa uma área destinada a Praça no loteamento denominado Parque Jaraguá, com início na Avenida Pinheiro Machado, segue ao longo do Córrego Água da Lagoa, em sua margem esquerda; Parque Real na área destinada a Praça desse loteamento; Vila São Manuel ocupa uma gleba de terra localizada entre o Córrego Água da Grama e linha férrea; Jardim Andorfato inserida na área verde deste bairro; Parque das Nações localizada em área identificada como área verde do Parque das Nações, situadas entre Córrego da Ressaca e linha férrea; Jardim Yolanda ocupa a área verde deste bairro.

Observa-se que são várias as áreas de riscos existentes na cidade de Bauru, ocupadas por um número significativo de pessoas.

Para a concretização dessas ações cita-se, também, como importante conquista no planejamento urbano a criação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) destinadas à construção de moradia de interesse social. As ZEIS servem para facilitar a regularização de áreas ocupadas, reservar terrenos com boa infra-estrutura ou prédios vazios para moradia popular.

Quando uma área é transformada em ZEIS, seus moradores conseguem regularizar sua moradia de forma mais rápida, E, também, fica mais fácil lutar por melhorias naquela região, ou seja, a ZEIS em áreas ocupadas garante a permanência das famílias no local. Várias ZEIS foram colocadas no PDP do Município de Bauru.

Em 2006, ao aderir ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (criado pela Lei Federal nº 11.124/2005) Bauru se compromete a criar o Conselho Municipal e Fundo Municipal de Habitação, pré-requisito para acessar os recursos federais.

Os técnicos Municipais neste período encaminharam diversos projetos ao Ministério das Cidades e, em 2008 alguns deles foram contemplados com recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Dentre os projetos aprovados pelo Ministério da Cidade tem-se a favela do Parque

Real, onde moram 34 famílias, que deverão passar por processo de reassentamento, viabilizado através do Programa de Habitação de Interesse Social - Construção de Unidades Habitacionais de Interesse Social com utilização de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS. Esta favela está localizada em área verde, com topografia muito acidentada, caracterizada como localizada em área de risco, próxima de erosão e sujeita à invasão de águas pluviais.

A Prefeitura está desapropriando lotes em bairro próximo, já que o próprio bairro não dispõe de área adequada à esta finalidade.

Todo o processo tem sido discutido de forma participativa, entre técnicos de diferentes secretarias, inclusive o projeto das unidades habitacionais e a elaboração do Projeto Social, que será coordenado por profissional de Serviço Social, com previsão de acompanhamento de 21 meses após o início das obras, possibilitando assim, a promoção social das 34 famílias, através de cursos de capacitação profissional, pessoal e organização das famílias em comunidades.

Portanto, Bauru, em se tratando de política habitacional de interesse social, dá um passo significativo em direção a sua implantação. Espera-se que a comunidade e o poder local tomem para si a co-gestão dessa importante política pública, através dos meios de controle social, traçando estratégias, prioridades, necessidades e demandas.

Entende-se que o Conselho Municipal de Habitação - CMH tem importante papel na elaboração das prioridades e estratégias a ser executadas pelo poder local, pois todos os segmentos da sociedade estão representados no CMH, para pensar e propor a política de habitação do Município de Bauru.

Em Bauru, têm-se uma trajetória de conselhos municipais de políticas públicas como esferas de representação de interesses entre Estado e sociedade. Apesar de algumas lacunas e fragilidades identificadas, entende-se que os conselhos se constituem em espaços privilegiados de participação social, negociação de interesses e demandas, e de formulação de políticas públicas capazes de aperfeiçoar o sistema representativo através de combinação de mecanismos de participação direta e indireta na gestão municipal.

Segundo Geraldo (2006), presidente da Confederação Nacional das Associações Comunitária - CONAM pontua:

Conhecer os meios de gerenciar as finanças públicas, construir coletivos fortes de interesses sociais e ser protagonista de suas próprias histórias, esse são os nossos desafios. Os espaços solidários, conquistas do povo precisam ser utilizados com a inteligência do saber popular acoplado aos técnicos preparados e parceiros de uma nova sociedade cidadã que dialoga e constrói junto um mundo possível e melhor.

Assim como parte das ações voltadas à implantação do Sistema Habitacional de Habitação, realizou-se o processo eleitoral do CMH. O processo foi amplamente divulgado e ocorreu em plenárias específicas para eleição de seus representantes.

Com a posse do CMH, o Grupo de Trabalho Habitação deixa de existir, tendo cumprido importante papel na implantação da política habitacional do Município.

Hoje os conselhos respaldam os processos de participação da sociedade, possibilitando que as políticas municipais sejam democráticas e livres dos desvios de recursos, uma vez que possuem função deliberativa, normativa, fiscalizadora, consultiva e informativa.

O CMH de Bauru não é diferente, é composto por 21 membros titulares e 21 suplentes; é deliberativo e tem pela frente o importante papel de fiscalizar e propor ações voltadas à política de habitação e desenvolvimento sustentável para o município, cumprindo uma proposta descentralizadora, participativa e ao mesmo tempo se empoderando como sujeito e cidadão do município.

3 O DESENVOLVIMENTO LOCAL POSSIBILITADO PELO EMPODERAMENTO DOS SUJEITOS.

3.1 O desenvolvimento pessoal e social

A abordagem participativa envolve uma compreensão, que exige não pressupor a ignorância do outro, mas admitir que o outro sabe, e que seu saber, antes de ser descartado, precisa ser entendido e reconhecido, mesmo que, depois venha a ser transformado. Esse enfoque participativo é, portanto, um insumo, uma postura, uma necessidade e uma abordagem participativa que envolve compreensão.

A participação não é um fim em si mesmo. A participação é estratégica para construir a possibilidade de uma democracia efetiva, que represente os interesses do conjunto da sociedade e que seja um espaço de tolerância e de reconhecimento é estratégica para a universalização de direitos (humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais), assim como para a promoção do desenvolvimento.

Como cita Minetto (2005, p 30) “o desenvolvimento de uma comunidade é uma forma, um processo de cooperação social. Para que haja desenvolvimento há que se ter cooperação”, o desenvolvimento acontece quando há a participação da população

insatisfeita com sua realidade e constroem juntos os recursos e alternativas para a mudança dessa realidade.

O desenvolvimento de uma comunidade tem como objetivos, “a concepção do desenvolvimento local parte da análise das incubações existentes entre atividades e as respectivas cadeias produtivas.”. (PORCHANN, 2002, p.199).

Araújo e Cruz (2005, p 32) pontuam que:

(...) desenvolvimento local é fruto de luta e mobilização da sociedade por mudanças sociais que conduzam e seja orientado pela integração com os limites e o ritmo do meio ambiente, com a universalização do bem estar social e com a democratização plena da vida social, configurando um patamar da cidadania plena.

A palavra local vem entendida como espaço físico, porém, este não deve ser considerado como limitado, segundo Franco (2001, p 27)

A palavra local, aqui, não é sinônimo de pequeno e não necessariamente à diminuição ou redução. O conceito de local adquire, pois, a conotação de alvo sócio territorial das ações e passa, assim, a ser retro definido como o âmbito abrangido por um processo de desenvolvimento em curso, (...).Entretanto, quando se fala em desenvolvimento local, faz-se referência, habitualmente, a processos de desenvolvimento que ocorrem em espaços sub-nacionais.

Na Declaração dos Direitos do Homem, três artigos tratam do tema da participação. O artigo 21 declara: “Todo homem tem direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos. A vontade do povo será a base da autoridade do governo. Artigo 23: “todo homem tem direito de organizar sindicatos e neles ingressar, para a proteção de seus interesses “. E por fim, no artigo 27: “ Todo homem tem direito de participar da vida cultural da comunidade”“.

Logo, todo homem tem sua participação garantida por lei, cabendo, portanto, a ele, o seu envolvimento enquanto sujeito de direito.

Ainda sobre o tema, Oliveira (2007, p.105 e 106) pontua que é necessário:

Promover o fortalecimento, a emancipação e a inclusão social das famílias por meio de ações compartilhadas que facilitem o acesso às políticas públicas sociais. Fortalecer o tecido social urbano, fomentando a participação social e o desenvolvimento comunitário das famílias de alta vulnerabilidade, pelo acesso a uma rede de serviços públicos governamentais e não governamentais. Fomentar a

articulação e integração de programas, projetos e benefícios desenvolvidos pela Federação, Estado e Município, por meio de Secretarias governamentais e por entidades não governamentais.

Assim, verifica-se há exigência da participação popular nas políticas sociais tendo como objetivo a melhoria das condições de vida da comunidade, tratando-se de uma participação no sentido de compartilhamento das decisões, o que lhe garantirá a materialidade de seu direito.

O poder local, que segundo Dowbor (1994, p.40) é o “município, unidade básica de organização social, mas é também o bairro, o quarteirão em que vivemos” com relação a essas questões há algumas tensões e desafios. O primeiro dele diz respeito ao debate sobre o atual modelo de desenvolvimento. Um outro desafio diz respeito ao debate sobre as formas da democracia participativa versus as formas e mecanismos da democracia representativa. Somente na democracia participativa é que possibilita ao cidadão participar como co-gestor da administração pública.

Dowbor (1994, p.11) afirma que:

A questão do poder local está rapidamente emergindo para tornar-se uma das questões fundamentais da nossa organização como sociedade. Referido como *local authority* em inglês, *communités locales* em francês, ou ainda como espaço local, o poder local está no centro do conjunto de transformações que envolvem a descentralização, a desburocratização e a participação, bem como as chamadas novas tecnologias urbanas.

Dessa forma o desenvolvimento do poder local só se efetivará via descentralização e participação popular e a ação social passa pela mão de vários sujeitos. Não há uma luta principal e outra secundária. O sentido da participação deve ir além da democratização do Estado. Segundo Minetto (2005, p.9) “o conceito de poder tem como lugar de constituição o campo das práticas de classe, conseqüentemente, as relações entre as classes são relações de poder. Não está situada nos níveis de estrutura: é um efeito do conjunto desses níveis”.

A participação só faz sentido se a gente conseguir radicalizar a democracia para dentro das organizações e nas relações na sociedade civil. Uma democratização da vida social e das relações entre as pessoas. Para alavancar a participação tem que re-visitar práticas de educação popular e de ação cultural.

Para deslindar os processos sociais de transformação verificados no escopo da democratização, as investigações teriam que penetrar o tecido das relações sociais e da cultura política gestada nesse nível, revelando as modificações aí observadas. Ao mesmo tempo, rompendo o véu do discurso institucional universalista, esses estudos necessitariam

debruçar-se sobre os padrões concretos de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil, analisando o papel de atores como movimentos sociais, organizações não-governamentais etc. para a operação de transformações em tais relações.

O conceito de poder é, atualmente um dos mais controversos como pontua Lebrum (1981, p.20-21) quando afirma que:

O poder é um ser, alguma coisa que se adquire, se torna ou se divide, algo que deixa escapar. É o nome atribuído a um conjunto de relações que formigam por toda parte na espessura do corpo social (poder pedagógico, poder do policial, pátrio poder do contramestre, etc.).

Precisa-se aprofundar a reflexão teórica e metodológica sobre a educação popular ligada a um projeto de transformação, pois por ele perpassa a questão do poder para o empoderamento.

Tem-se que construir sujeitos coletivos sem perder as identidades. Se agregar todas as demandas e pautas dos diversos sujeitos políticos que se consideram como integrantes do campo político, não se constitui um projeto. O projeto político não é simplesmente a junção das várias demandas e propostas dos movimentos; este se efetiva e fortalece através da democracia participativa.

Os níveis de participação asseguram à sociedade os meios de se defender e de atuar no sentido de seu desenvolvimento real, já que a população é a grande interessada na efetiva solução dos problemas coletivos e quem melhor conhece e sente os problemas reais do cotidiano. “Mas, principalmente, porque o desenvolvimento, propriamente humano, é aquele que é feito com a participação consciente e responsável das pessoas e grupos que integram a comunidade” (MONTORO, 1991, p. 31).

Essa participação não se transforma ao acaso, ela acontece através da problematização das dificuldades e interesses de características culturais e sociais de indivíduos ou grupos. Assim, permeiam as relações da sociedade, a problematização das dificuldades faz com que cada indivíduo busque alternativas de mudança, aí se transformam em grupos que, ocasionalmente, tem as mesmas dificuldades, passando, portanto, a buscar alternativas juntos, para a melhoria do bairro, cidade ou país.

Minetto (2005, p19) pontua que;

A participação como processo de libertação do homem implica estabelecer mecanismos e canais à toda sociedade, o que requer cidadãos que participem, sejam responsáveis, conscientes, familiarizados com a luta política democrática e capacitados para

participar da vida da cidade não como moradores apenas, mas, como cidadãos exigindo que se continue através de princípios básicos.

Assim, nota-se que o homem só cria a autonomia através da participação, a qual propiciará um desenvolvimento pessoal e social.

Para isso, existem diversas formas de participar e atuar, como por exemplo através de associações de bairros, conselhos de classes, partidos políticos, sindicatos, grêmios estudantis e movimentos organizados. São diferentes formas de participação previstos na Constituição Cidadã de 1988, as quais garantem o exercício da cidadania.

Os sujeitos, quando participam, passam a fazer parte das decisões e, conseqüentemente, ter parte nos resultados, logo tomam parte de um processo.

Vale lembrar que, em um processo participativo, deve-se respeitar as idéias de todos, pois assim há envolvimento individual e permanente, dando condição necessária para o empoderamento.

O empoderamento é uma tradução do termo inglês que significa **empowerment**, parte da idéia de dar as pessoas o poder, a liberdade e a informação que lhes permitem tomar decisões e participar ativamente da organização. A utilização de equipes auto dirigidas e a adoção de sistemas orgânicos de administração e culturas participativas e abertas nas organizações, significam que estas estão tentando difundir e compartilhar o poder com todos os seus membros, abrindo mão do controle centralizado, e isto parece ser a solução viável que promove rapidez, flexibilidade e capacidade de decisão da organização.

O **empowerment** se assenta em quatro bases principais, segundo Vasconcelos (2001, p. 5 -53).

1- Poder: dar poder às pessoas, delegando autoridade e responsabilidade em todos os níveis da organização. Isso significa dar importância e confiar nas pessoas, dar-lhes liberdade e autonomia de ação.

2- Motivação: proporcionar motivação às pessoas para incentivá-las continuamente. Isso significa reconhecer o bom desempenho, recompensar os resultados, permitir que as pessoas participem dos resultados de seu trabalho e festejem o alcance de metas.

3- Desenvolvimento: dar recursos às pessoas em termos de capacitação e desenvolvimento pessoal e profissional. Isso significa treinar continuamente, proporcionar informações e conhecimento, ensinar continuamente novas técnicas, criar e desenvolver talentos na organização.

4- Liderança: proporcionar liderança na organização. Isso significa orientar as pessoas, definir objetivos e metas, abrir novos horizontes, avaliar o desempenho e

proporcionar retroação.

O **empowerment** não é algo fixo, mas funciona em um continuum que vai desde um baixo até um elevado grau de delegação de poder. Quando esse grau é elevado, se está diante de equipes de alto desempenho graças à excelência da sua dinâmica e aos resultados proporcionados, acontecendo assim o desenvolvimento pessoal e social.

Logo, como relata Dowbor (1994,p.13) “o problema do poder local que aqui estudamos envolve, portanto a questão básica de como a sociedade decide o seu destino, constrói sua transformação e, se democratiza”. Assim, derrubar os muros e guetos que o povo mesmo cria, possibilitam que uma nova democracia possa surgir para ser de fato cidadão de direito, visando mudanças no desenvolvimento vigente através da participação social.

3.2 A importância da participação social para o desenvolvimento local.

As cidades estão distantes de oferecerem condições e oportunidades equitativas aos seus habitantes. A população urbana, em sua maioria, esta privada ou limitada – em virtude de suas características sociais, culturais, étnicas, de gênero e idade – de satisfazer suas necessidades básicas. Este contexto favorece o surgimento de lutas urbanas representativas, ainda que fragmentadas e incapazes de produzir mudanças significativas no modelo de desenvolvimento vigente.

Frente a esta realidade, as entidades da sociedade civil reunidas desde o Fórum Social Mundial de 2001, discutiram, debateram e assumiram o desafio de construir um modelo sustentável de sociedade e vida urbana, baseado nos princípios da solidariedade, da liberdade, da igualdade, da dignidade e da justiça social. Um de seus fundamentos deve ser o respeito às diferenças culturais urbanas e o equilíbrio entre o urbano e o rural.

Fortes (2004) pontua que:

A participação da sociedade na formulação das políticas públicas rompe com uma cultura de políticas fragmentadas, desarticuladas e excludentes que produziram cidades desumanas, com famílias sem moradia; moradias sem endereço, saneamento e segurança; comunidades desprovidas de serviços públicos e pessoas desprovidas de cidadania. A base para a construção de uma política urbana, em parceria com a sociedade, está no reconhecimento do atual governo de que a participação na elaboração e execução das políticas é um direito dos cidadãos e de que o caminho para o enfrentamento dos problemas está diretamente vinculado à

articulação e à integração de esforços e recursos nos três níveis de governo com a população organizada.

Verifica-se que uma verdadeira política urbana, se faz com a participação da sociedade, aliada aos esforços governamentais.

De acordo com o secretário executivo do Reforma Urbana (FNUR), Santos Junior, (2004) o brasileiro mora mal nas grandes cidades por duas grandes razões interligadas:

De um lado, o nosso modelo de desenvolvimento vem sendo caracterizado ao longo da história pela produção e reprodução de desigualdades que têm como resultado a exclusão social de parcelas significativas da população que não têm acesso aos direitos fundamentais que caracterizam a cidadania. De outro, é importante destacar que o processo de urbanização do Brasil, desigual e excludente, gerou um modelo de cidade marcado pela segregação e pela ilegalidade urbana, o que impossibilita as classes populares de exercer plenamente sua cidadania. A essas duas razões somam-se outras de grande importância, que se combinam de forma perversa, tais como as clivagens de gênero e de etnia, que têm como resultado a criação e o desenvolvimento de cidades sem cidadãos plenos.

Pobreza não significa apenas ausência ou precariedade de rendimentos, mas também falta de acesso a bens e serviços públicos. Os objetivos clientelistas existentes na definição dos investimentos dos recursos, o comportamento setorial, fragmentado das políticas públicas, tem causado deteriorização na oferta de serviços à população. Pode-se perceber isso ao observar a geografia das cidades que a divide ideal e real, onde inexistem os equipamentos públicos como: creches, escolas, postos de saúde, transporte, segurança.

Para aqueles que são segregados nos bairros periféricos da cidade ou em áreas de risco favelas, os recursos oferecidos refletem e reforçam sua exclusão e os mecanismos de participação existentes são desconhecidos pelos mesmos, impossibilitando suas reivindicações.

No Brasil, o setor da Habitação possui uma especificidade no que diz respeito à participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas: o sistema está sendo implementado em escala nacional. Ao contrário de setores como Saúde, Educação ou Assistência Social, que possuem Conselhos e Fundos nas esferas federal, estadual e municipal, como forma homogênea de acesso aos recursos, os mecanismos de participação popular, na política habitacional e urbana, surgem como iniciativas isoladas, com variações de atribuições, composição e importância.

Maricato e Santos Jr. (2006) consideram que:

Um dos aspectos mais importantes do governo Lula, mas infelizmente pouco valorizado pelos meios de comunicação, diz respeito à promoção de um amplo processo participativo na formulação de políticas públicas. Novos canais foram abertos por meio do ciclo de conferências dedicado à construção de esferas públicas institucionalizadas, inaugurando assim um novo modelo. Considerando a agenda prevista para 2006, temos 29 conferências realizadas e/ou programadas, com a discussão dos seguintes temas: criança e adolescente (2003 e 2005); agricultura e pesca (2003 e 2006); direitos humanos (2003 e 2004); cidades (2003 e 2005); saúde (2003); assistência social (2003 e 2005); meio ambiente (2003 e 2005); infanto-juvenil pelo meio ambiente (2003 e 2006); medicamentos e assistência farmacêutica (2003); segurança alimentar e nutricional (2004); esporte (2004 e 2006); política para as mulheres (2004); Arranjos Produtivos Locais APLs (2004 e 2005); promoção da igualdade racial (2005); cultura (2005); saúde do trabalhador (2005); ciência, tecnologia e inovação (2005); dos povos indígenas (2006); direitos da pessoa com deficiência (2006); e direito do idoso (2006). Pode-se estimar a mobilização de mais de 2 milhões de pessoas que se envolveram na realização das conferências municipais e estaduais, no processo de organização das conferências nacionais.

Esse ciclo de conferências demonstra um compromisso com uma esfera pública participativa, que procura envolver tanto os demais níveis de governo municípios e estados, quanto a sociedade civil através das organizações populares, empresariais, ONGs, entidades sindicais e profissionais.

Com toda essa abertura que é colocada, a participação ainda é incipiente por inexistência de um sistema de participação em torno das políticas urbanas, nos estados e municípios. “Torna-se necessário desenvolver mecanismos e instrumentos inclusive vinculados ao repasse de recursos que incentivem a institucionalização de conselhos estaduais e municipais das cidades” (MARICATO E SANTOS JR ,2006).

A participação política é a forma de exercer a cidadania e colocar em prática o controle social que é prerrogativa advinda da Constituição de 88.

Montoro (1991, p.21) indica cinco razões para a importância da participação, a saber:

1 As decisões e os programas são enriquecidos pelo conhecimento e experiência de muitas pessoas; 2- por isso há maior probabilidade de corresponder às necessidades reais e ser eficientes, 3- as pessoas que cooperam na elaboração ou nas decisões tornam-se mais interessadas e envolvidas na execução e não precisam ser convencidas, 4- da-se

aos interessados a oportunidade de aplicar seus conhecimentos e aperfeiçoar sua competência; 5- serve melhor ao bem comum e assegura a promoção humana.

Montoro (1991, p.31) indica, também, cinco níveis de participação:

1) no direito de ser informado e de o governo informar com transparência na administração e aplicação de recursos públicos, 2) na fiscalização ou controle da gestão em organismos governamentais ou não governamentais; 3) no levantamento de problemas e soluções e indicações de prioridade orçamentais; 4) na execução de serviços e obras; e 5) nas decisões.

Estes níveis de participação asseguram à sociedade os meios de se defender e de atuar no sentido de seu desenvolvimento real, já que a população é a grande interessada na efetiva solução dos problemas coletivos e quem melhor conhece e sente os problemas reais. Mas, principalmente, porque o “desenvolvimento propriamente humano é aquele que é feito com a participação consciente e responsável das pessoas e grupos que integram a comunidade” (MONTORO, 1991, p. 31).

O homem é um ser capaz de optar, de definir seus próprios caminhos, de desenvolver-se, de criar. No cerne dos desejos políticos do homem está a participação da auto gestão, convivência, democracia, liberdade. A melhoria das condições de vida da população empobrecida não visa apenas aumentar a quantidade de renda disponível, mas ofertar as condições para a cidadania.

Portanto, após toda literatura colocada, entende-se que a participação ainda é o melhor caminho para que se possa ter os direitos reconhecidos, inclusive o direito à habitação.

3.3 A importância do serviço social na política de habitação

O Serviço Social, como profissão, sempre esteve vinculado às organizações estatais, como campo privilegiado de seu trabalho diante das demandas colocadas pela questão social e na forma como a questão social foi enfrentada pelas políticas públicas.

Vive-se, desde a última década, célebres transformações que vêm alterando a economia com a sua internacionalização; o mercado de trabalho com o avanço da ciência e o uso da tecnologia que diminui o uso da força de trabalho, necessitando de pessoas mais

capacitadas para poder operacionalizá-las, a política com seus ajustes da economia preconizados pelos organismos internacionais; a cultura com a precarização das condições de vida; fatores afetam a sociedade.

É neste cenário que se moldam as condições de trabalho do Assistente Social, redimensionando a profissão, pois as expressões da questão social, base histórica da requisição social da profissão, são agravadas. Agravamento, este, atestado no cotidiano do profissional pelo crescimento das demandas por serviços sociais, afetando as suas condições de trabalho, assim como as condições de vida da população usuária dos serviços sociais.

Iamamoto (2001, p.20) pontua que:

Para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão de dentro do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos. Alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez. Extrapolar o Serviço Social para melhor apreendê-lo na história da sociedade da qual ele é parte e expressão. É importante sair da redoma de vidro que aprisiona os Assistentes Sociais numa visão de dentro e para dentro do Serviço Social, como precondição para que se possa captar as novas mediações e requalificar o fazer profissional, identificando suas particularidades e descobrir alternativas de ação.

O Assistente Social tem como desafio decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas, capazes de preservar e garantir direitos, partindo das demandas emergentes no cotidiano. O profissional tem, historicamente, sido um dos agentes que implementam políticas sociais, mas, atualmente o mercado pede, além de um trabalho de execução, formulação de políticas públicas e gestão de políticas sociais. Hoje o profissional precisa saber negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais, requer apreender o movimento da realidade para detectar as tendências e possibilidades que possam ser impulsionadas pelo profissional, transformando-as em projetos. O Serviço Social reproduz-se como um trabalho especializado na sociedade por ser socialmente necessário, e produz serviços que atendam às necessidades sociais.

A política de proteção social, visa garantir os direitos às condições dignas de vida, entendendo que proteção social é forma institucionalizada que as sociedades constituem para proteger o conjunto de seus membros, das vicissitudes da vida natural ou social. Desse modo, a assistência social possibilita o reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários. A proteção social deve garantir a segurança de sobrevivência,

de acolhida, convívio ou vivência familiar.

Sendo que, como sobrevivência compreende-se a garantia que todos tenham uma forma monetária de garantir a sobrevivência, sendo o caso de pessoas com deficiência, idosos, desempregados, famílias numerosas, famílias desprovidas de condições básicas para sua reprodução social de forma digna.

Como acolhida entende-se segurança primordial, provisão das necessidades humanas, tais como a alimentação, vestuário, ao abrigo, a conquista da autonomia e intervir nas situações de conflito familiar, tais como violência, drogadição, alcoolismo, desemprego prolongado, criminalidade, desastres ou acidentes naturais. Como segurança de convívio ou vivência familiar é uma necessidade que a política de Assistência Social deve preencher a não aceitação de situações de reclusão, perda das relações, pois entende ser próprio da natureza humana, o comportamento gregário, pois é na relação que o ser cria sua identidade e reconhece sua subjetividade, efetuam suas construções culturais, políticas, processos civilizatórios.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS,1993) visa à consagração dos direitos sociais, a garantia de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso para serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (2004), existem famílias com as mais diversas situações sócio- econômicas, desta forma a linha de atuação do Serviço Social junto a estas, ocorrerá de acordo com o seu contexto e esta será básica ou especial, portanto, poderá ser de média ou de alta complexidade.

A proteção social básica destina-se à população que vive em situações de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza, ausência de renda, privação do acesso aos serviços públicos, a fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, discriminações por causa da idade, da cor, gênero ou de deficiência física, entre outras. Esta prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e indivíduos, conforme a situação de vulnerabilidade apresentada.

Os serviços de proteção básica serão executados pelos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, localizados em áreas de vulnerabilidade social, que abrange a um total de até 1000 (mil) famílias/ano, para executar serviços de proteção básica, organizar e coordenar a rede de serviços sócio-assistenciais.

Apesar disso, a nova Política Nacional de Assistência Social 2003 trouxe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS 2004) para materializar e efetivar a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS 1993), organizando a Assistência Social em base territorializada, ou seja, considerando o local onde as pessoas vivem e o tipo de proteção que elas precisam.

É necessário conhecer a realidade dos moradores de áreas de risco da cidade e suas famílias para operar essa nova política e, principalmente para melhorar e ampliar a qualidade do atendimento e dos serviços oferecidos às mesmas.

Deve-se distinguir processo de mudança social, de processo de transformação social. Processos de mudanças são processos de modernização, ou seja, um sistema sofre modificações, mas não ocorre mudanças no sistema, transformações sociais, são alterações substantivas, é um movimento no sentido da supressão dos fundamentos, via construção, sem rupturas da sociedade, sem exploração e opressão de classe.

Segundo Netto (1991, p.28) a transformação social,

Não é apenas uma função da existência objetiva de requisições e demandas socialistas: ela é, ainda e, sobretudo, função de uma vontade política capaz de fundar uma estratégia apta a orientar a ação política dos homens para a constituição de uma nova ordem social.

Logo, a transformação possibilita a politização do homem, cuja práxis no seu operar mobiliza não só o conhecimento objetivo, mas um conjunto e normas e valores que possibilitam o encaminhamento da ação aos objetivos, unindo teoria e prática, o que exige um compromisso ético e político do profissional de serviço social. .

Garcia (2005, p 5) afirma que,

Em relação às atribuições profissionais, convém atentar para a dimensão investigativa, ainda incipiente na prática profissional, bem como na relação entre academia e espaços de elaboração e execução de políticas públicas. O fato de o profissional de Serviço Social transitar basicamente na linha de frente do atendimento não o incapacita de fundamentar sua intervenção, ao contrário. O riquíssimo material de estudo e pesquisa sobre variados aspectos das relações sociais circula pelo profissional de Serviço Social.

O mote que foi dado quando a intervenção das Políticas Públicas e o Serviço Social para inclusão social exige uma mudança fundamental de postura, visto que as pessoas passam a ter a cidadania a medida em que são incluídas no atendimento sem assistencialismo. Não se trata de caridade, mas sim, direito à cidadania.

Ao se tratar de políticas públicas relacionadas à habitação popular e, mais especificamente, ao papel do Assistente Social nas ações de intervenção urbanística, precisa-se compreender a dinâmica e as relações que se dão no cotidiano desses territórios, para pensar políticas públicas que infiltrem nos cenários preexistentes.

Koga e Nakano (2006, p. 6) afirmam que:

Os programas e projetos, ações públicas não inserem em redes de relações existentes, que afetam positiva ou negativamente, as novas relações e os acontecimentos introduzidos pelo poder público. A leitura dessas relações sócio-territoriais preexistentes e a previsão de novos arranjos relacionais tornam-se procedimentos básicos na formulação e implementação de políticas públicas com perspectivas territorial e regional.

Destaca-se que uma grande conquista para a profissão de Serviço Social foi sem dúvida, o Código de Ética. Após muita luta da categoria, a profissão teve um grande avanço com relação ao seu surgimento, transformando-se em profissional qualificado para trabalhar com as questões sociais, tanto que Yamamoto (2005, p.185) coloca que:

Um perfil profissional comprometido com valores ético-humanista com os valores de liberdade igualdade e justiça, como pressupostos e condições para a auto-construção de sujeitos individuais e coletivos, criadores da história. No plano da prática sóciopolítica, este compromisso vem se desdobrando na defesa de uma prática profissional envolvida com a construção da uma nova cidadania coletiva.

Sposati (2004, p. 36) pontua que:

O profissional Assistente Social pratica o Serviço Social em múltiplas áreas sociais, e não necessariamente no âmbito da política pública de assistência social. Fazer assistência social é, via de regra, confundido com assistencialismo e voluntarismo. O Assistente Social faz serviço social e pode fazê-lo no âmbito da política pública de assistência social, saúde, habitação etc., desde que opere com provisões sociais e direitos sociais. A política pública de assistência social não é o serviço social como disciplina profissional, e sim um conjunto de responsabilidades públicas do Estado que deverá exercê-las de forma descentralizada, participativa e afiançadora de direitos.

Entende-se assim que, o Assistente Social é um profissional que possui conhecimentos teóricos metodológicos, e pode ser mediador e trabalhar com todas

as políticas públicas visando a emancipação e desenvolvimento econômico e social dos sujeitos e a construção da cidadania coletiva.

Os processos de favelização, suburbanização e periferação tomam novas configurações. Isso ocorre nas dimensões econômica, política, social, ambiental e cultural. Essas diversas dimensões ficam cada vez mais evidentes no espaço urbano, o lócus imediato de rebatimento das transformações globais, das políticas públicas (inclusive de habitação popular) e do trabalho social. O trabalho social, por seu turno, envolve a mediação entre as instituições públicas e os “condenados” ao espaço urbano segregado, daí a necessidade de profissionais capazes de atuar em projetos multiseriado e integrado.

Sposati (2004, p. 36) afirma que:

O modelo de gestão intersetorial tem se mostrado mais factível quando combinado à descentralização territorial. Trata-se no caso, da intersetorialidade construída para a integração e /ou complementação de uma ação em rede em determinada área físico – territorial de abrangência. No caso, as características e as demandas de um território (dinâmica; cidadãos, natureza) é que determinam a extensão e a intensidade da intersetorialidade face ao objetivo a ser atingido.

As especificidades que envolvem um programa de reassentamento não são possíveis de serem tratadas por uma única política, já que envolvem várias questões a exemplo de: ambientais, sociais, de acesso a bens e serviços, de garantia de direitos, entre outras, que pela complexidade não são possíveis de serem tratadas apenas por um grupo específico.

Desta forma, acredita-se que para efetivação de um programa dessa natureza é imprescindível o trabalho ser realizado de forma intersetorial, bem como interdisciplinar, agregado a necessidade de um trabalho de conhecimento da realidade de cada localidade, conhecer a população para decidir a forma de intervenção.

Nas favelas, nos cortiços ou nos conjuntos habitacionais a intervenção do trabalho social tende a ser instrumental tanto na remoção quanto na urbanização. Esse trabalho tende a estar focado na facilitação dos arranjos territoriais (regularização fundiária), urbanístico (embelezamento) e infra-estrutural (saneamento, lazer, vias de comunicação, creches, escolas etc.), bem como nas tradicionais atividades de ação educativa e assistencial.

No contexto da globalização neoliberal, a segregação do espaço urbano é acompanhada da degradação da situação econômica e do esgarçamento do tecido social.

Koka e Nakano (2006 p.99) pontuam que:

A contradição que se abre todos os dias no país contrapõem à riqueza do mosaico de diferenças sócio-culturais miscigenadas e às sutilezas/evidências dos matizes elitistas, patrimonialistas e preconceituosos que obscurecem diferenças, aprofundam desigualdades e ampliam assimetrias. Tal contradição termina apagando a diversidade e dividindo a vida coletiva em dois mundos: o dos direitos e dos favores. A grandiosidade do território pode constituir processos emancipatórios, mas pode atuar também na mesquinhez de preconceitos e apartações sociais que provocam erosões nos padrões de civilidade

Portanto, elevar a Assistência Social à condição de política pública, superando o assistencialismo presente no campo social, foi um ganho significativo. Agora resta reconstruir o sistema de atendimento, definindo responsabilidades dos governos federal, estadual e municipal, estabelecer parcerias com a sociedade civil, criar canais democráticos de participação, na formulação, controle e definição de prioridades, na prestação de serviços que garantam serviços permanentes e continuados das políticas pública integradas.

Segundo Sposati (2004, p.32) a Política Nacional de Assistência Social retrata:

[...] A Política Pública de Assistência Social marca sua especificidade no campo das políticas sociais, pois configura responsabilidades de Estado próprias a serem asseguradas aos cidadãos brasileiros. Marcada pelo caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais, a LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da cobertura e a garantia de direitos e acesso para os serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade.

É este o quadro que se apresenta aos profissionais de Serviço Social que lidam cotidianamente com as contradições da problemática urbana. Ao mesmo tempo em que se delineiam oportunidades expressivas de desenvolvimento de trabalhos com resultados efetivos que tem contribuído concretamente para fortalecer a ação dos movimentos sociais urbanos, existem no outro extremo grandes desafios e limitações postos pelo contexto sócio-econômico não somente ao Serviço Social, mas a todas as categorias profissionais que se empenham no enfrentamento dessa questão. “(...) as requisições postas aos assistentes sociais estão permeadas pelas circunstâncias em que se produzem as necessidades sociais e pela caracterização das intervenções sociais que se propõem a enfrentar as manifestações da questão social”(TRINDADE, 2001).

Portanto, para além desse desafio que se impõe à categoria, a ação do Serviço Social

precisa se efetivar, no contexto de elaboração, proposição e intervenção compactuada com a ação de profissionais de diversas outras áreas do conhecimento, a fim de garantir a complementação de saberes. Nesse sentido, a intervenção do Serviço Social, no contexto de ação interdisciplinar, deve ser destacada como âncora para que, a partir das estratégias metodológicas de sua abordagem, a participação popular possa ser tomada, de fato, como um elemento fundamental para que o processo de planejamento urbano seja legitimado.

4 CAMINHOS E RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 Metodologia do Estudo

A pesquisa em tela é realizada com dimensão científica, social e política, objetivando a construção de idéias, pressupostos e análises, visando a ampliação do conhecimento acerca da Política de Habitação de Interesse Social, identificando o processo de implantação desse no Município de Bauru.

Minayo (2001, p. 16) aponta que a “metodologia é o caminho do pensamento, é a prática exercida na abordagem da realidade, para atingir os objetivos propostos bem como evidenciar a hipótese do estudo”.

Sobre a metodologia, Demo (2000, p. 11) coloca que:

Metodologia, significa, na origem do termo, estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência. Ao mesmo tempo que visa conhecer caminhos do processo científico, também problematiza criticamente, no sentido de indagar os limites da ciência, seja com referência à capacidade de conhecer, seja com referência à capacidade de intervir na realidade.

Com tal espírito que a pesquisadora busca colher como pensam e agem os sujeitos envolvidos com o projeto de implantação de reassentamento do Parque Real e como se processa a intersetorialização.

A hipótese sugerida sustenta-se em um trabalho comprometido com o enfrentamento das expressões da questão social e políticas transversais. As dificuldades com recursos financeiros, porem superadas com facilidades redundantes da implantação democrática e participativa, resultando na aceitação positiva dos profissionais envolvidos, com um bom índice de participação e conhecimento dos gestores, profissionais e sociedade frente a essa

implementação, bem como mudanças significativas na execução da Política Municipal de Habitação pelo gestor local.

No primeiro momento para elaboração do projeto de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, realizou-se uma hemeroteca, contendo artigos de jornais, revistas e internet, os quais abordam assuntos relacionados ao tema em questão. Em seguida, elaborou-se o fichamento de livros, cujos subsídios de vários autores foram importantes para o exercício da elaboração do estudo exploratório e/ou da fundamentação teórica.

Após a execução do projeto e elaboração do instrumental aplicou-se a pesquisa de campo. A pesquisa caracterizou-se por um estudo exploratório, para levantar determinantes e categorias acerca do objeto de estudo, através de entrevistas e reunião focal, que é uma técnica de avaliação que oferece informações qualitativas já que são instrumentos para obtenção de opiniões e atitudes a respeito de políticas, serviços, instituições e produtos. Logo, os resultados são de origem qualitativa por serem intencionalmente formados.

A análise qualitativa preocupa-se com os sentimentos; emoções; com a trajetória de vida e as experiências sociais; com a subjetividade e a singularidade dos sujeitos pesquisados, de natureza reflexiva e compreensiva, demonstrando o pensamento, todos referentes ao tema em questão.

O universo da pesquisa é integrado pelos sujeitos envolvidos com a implantação da política habitacional, no período de fevereiro a outubro de 2008, sendo 34 famílias moradoras do Parque Real contempladas no programa de remoção e reassentamento; 30 integrantes do Conselho Municipal de Habitação recém empossado, composto por técnicos e conselheiros que trabalham diretamente com a política habitacional no município de Bauru totalizando 64 sujeitos.

A amostragem é composta por 50% do universo dos técnicos e Conselheiros, para questões subjetivas, o que corresponde a 15 sujeitos pesquisados, escolhidos intencionalmente e com 35 % das famílias para realização do grupo focal, que corresponde a 11 sujeitos as quais também foram escolhidos intencionalmente entre os moradores mais significativos, ou seja, mais participativos.

Assim, os instrumentais técnicos de coleta de dados são a observação sistemática e a entrevista semi-estruturada por um formulário e questionário, com perguntas abertas, para a obtenção de dados subjetivos, possibilitando aos pesquisados a liberdade de expressão de seus sentimentos, emoções, angústias entre outras. Utilizou-se também o gravador com o consentimento dos sujeitos, para uma maior fidedignidade das falas, na reunião focal .

A aplicação do pré-teste foi no mês de junho de 2008, com dois sujeitos do CMH para melhor averiguação do instrumental de coleta de dados. Ressalta se que as questões levantadas no instrumental eram pertinentes aos objetivos propostos, demonstrando o

alcance dos mesmos. Em relação ao grupo focal não houve realização de pré-teste.

Após a aplicação da pesquisa, elaborou-se o tratamento dos dados e o relatório da reunião focal. A análise sobre a realidade dos sujeitos pesquisados está sistematizada em 3 eixos norteadores, a saber: expectativas dos sujeitos frente ao programa habitacional de interesse social, grau do desenvolvimento pessoal e social, importância da intersectorialidade na efetivação do programa, elaborados com base nos objetivos específicos.

A coleta de dados com os conselheiros e técnicos foi aplicada na Casa dos Conselhos, onde se realiza as reuniões mensais no mês de julho de 2008, cujas entrevistas foram previamente agendadas para o dia da reunião mensal do CMH, no período noturno, com duração média de 30 minutos, sendo que alguns conselheiros solicitaram que fosse enviada via correio eletrônico, pois se sentiam mais confortáveis para responder e encaminharam posteriormente à pesquisadora, daí o instrumental passar a ser o questionário.

Vale mencionar que não houve nenhuma dificuldade na aplicação do instrumental para a verificação da realidade vivenciada pelos sujeitos pesquisados.

A coleta de dados com os moradores participantes do programa de habitação de interesse social, foi a reunião com o grupo focal, realizada na casa de uma moradora, com agendamento prévio. Foram utilizados a filmadora e gravador para garantir fidedignidade das falas, um momento muito rico, onde os sujeitos tiveram liberdade de expor suas opiniões de forma livre, não sendo questionados por perguntas fechadas, de forma que tiveram liberdade de expor o que julgassem relevantes sobre a questão.

A idéia da reunião focal é captar como pensam e agem na implantação das políticas de Interesse Social e seus impactos no município, cujas falas puderam explicitar, com liberdade suas opiniões. Foram informados sobre os objetivos e o significado da pesquisa, solicitando que abordassem os aspectos que achassem necessários e relevantes sobre os questionamentos, evitando assim influência nos resultados.

Para a pesquisadora, a pesquisa de campo foi realizada com muita dificuldade, por ser três grupos de sujeitos, e, apesar de não ser um número elevado de pesquisados, as abordagens necessitaram de planejamento, bem como muitos contatos telefônicos e e-mail. Foi um processo árduo em virtude de a pesquisadora ter decidido por tema livre, onde não há profissionais de Serviço Social disponível para supervisão. É um tema extremamente novo, possui poucas referências para consulta e não é específico da Política de Assistência, o que dificultou muito também o processo de construção teórica.

Para o tratamento dos dados, a aluna buscou identificar minuciosamente as falas dos sujeitos, verificando assim todos os aspectos citados, para que tudo fosse registrado, sendo possível explicitar todos os aspectos abordados pelos sujeitos.

Em seguida, procedeu-se a análise dos resultados, os quais em alguns momentos as

conclusões são da própria pesquisadora, já que inexistem teorias específicas elaboradas por profissionais de Serviço Social a respeito, porém, em detrimento da ausência de teorias o que possibilitou grande crescimento pessoal e profissional, tornando-se um desafio para uma conquista muito grande, pois é a elaboração de uma pesquisa inovadora e pioneira na temática.

4.2 Apresentação e resultados da pesquisa

As políticas sociais compensatórias, que buscam controlar a acumulação da pobreza para não por em risco a acumulação da riqueza, devem ser superadas, a partir de uma nova relação Estado e Sociedade, cuja preocupação não deve ser resolver pontualmente os problemas sociais como carências. A redefinição dessa relação é que permitirá transformar essas carências em direitos (OLIVEIRA, p.61, 1993).

Dessa percepção vem surgindo uma articulação estratégica do conceito de descentralização, com a noção do desenvolvimento social e deslocamento do poder para os níveis periféricos, de permeabilização do poder de decisão, o que corresponde também, uma estratégia de inclusão social. O conceito de desenvolvimento social é aqui entendido como a ampliação das condições de qualidade de vida e do exercício da cidadania de uma dada população, com o objetivo de promover o compartilhamento da riqueza material e imaterial disponível em um grupo social, em determinado momento histórico (AVRITIZER,1999).

A Política habitacional de Interesse Social de Bauru esta sendo elaborada com vistas no processo participativo, transcendendo o universo de atores institucionais, agregando representações da sociedade civil no processo decisório, os quais, nesse estudo, apontam seu envolvimento no projeto de Reassentamento do Parque Real.

4.2.1 Expectativas dos sujeitos frente ao programa habitacional de interesse social

Procura-se contemplar e evidenciar como pensam e agem os integrantes recém empossados do Conselho Municipal de Habitação, cujo papel é elaborar a política habitacional para o município, composto por representantes da sociedade, técnicos que trabalham na elaboração dessa política e os moradores contemplados com o primeiro programa de reassentamento, os quais têm grande relevância para o desenvolvimento da

Política Habitacional de Interesse Social.

Nas entrevista, pode-se verificar que os conselheiros têm conhecimento sobre a política habitacional demonstram um posicionamento crítico em relação ao papel do poder local na efetivação da política de habitação, pois, quando questionados, relatam:

‘A Política de Habitação é a normatização de diretrizes para traçar planos e estratégias que possam assegurar, de forma efetiva e eficaz, a distribuição dos espaços urbanos, com formação de uma rede de atendimento à população, através da articulação entre as Políticas Públicas.

(suj.7 ,p.p, AS)

No meu ponto de vista, a política habitacional está voltada aos os locais mais prejudicados, favelas. Mutirões, lugares precários que não tem casa, têm que ter uma política para remover essas pessoas desse lugar. .

(suj 1, AMs,1 grau)

Medidas governamentais de incentivo ao acesso à moradia própria, especialmente da população de menor poder aquisitivo.

(suj 2,e.p, prof. universitária)

São as diretrizes, a ação existente para atender as necessidades da população, visando morar dignamente, o que envolve além de moradia adequada o acesso ao saneamento, regularização fundiária. As pessoas moram, mas moram de maneira precária. ‘Existe a necessidade de um trabalho de conhecimento da realidade de cada localidade, conhecer a população para decidir a forma de intervenção. Vejo o Plano de Habitação como sendo a política para conseguirmos esse patamar, com a participação comunitária. Entendo que estamos vivenciando um momento positivo com uma Política Nacional para Habitação, temos ainda um longo caminho a percorrer entre o papel e a prática. Precisamos de muita vontade política e ações integradas Governo Federal/Estadual e Municipal inclusive na disponibilidade de recursos. Essa integração é ampla envolve outros setores, as pessoas precisam de casa, trabalho, renda, saúde, educação, e mais. Vejo necessidade de uma maior efetividade de incentivo ao investimento privado (legislação/burocracia...), o custo da casa é alto e os entraves são muitos.

(Suj. 5, p.p.n,

Bancaria)

Política planejada para atendimento da demanda (déficit) habitacional, principalmente no que diz respeito à população de baixa renda ou de áreas de risco.

.(suj 6, sind, superior

incompleto)

Conforme relatos, concebem a Política Habitacional como aquela elaborada para atender famílias mais necessitadas, que deve ser elaborada pela sociedade e executada pelo poder local público. Percebe-se ainda pelas respostas, em detrimento as diferenças culturais, que sabem definir o que é Política Habitacional e apontam entendimento que há que haver envolvimento e vontade do poder local para se conseguir implantar uma política habitacional.

Segundo Capistrano (2000), o princípio de moradia que deve nortear a ação nessa área é:

{...} a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu artigo 25, prevê que todos têm o direito a um padrão de vida adequado para sua saúde e bem-estar e de sua família, incluindo... moradia.... Sendo assim, considero um dever do Estado prover as condições para o pleno exercício desse direito fundamental. Levando-se em conta que o Brasil sustenta uma imensa desigualdade social, com uma concentração de renda quase sem similares no mundo, devemos considerar que a uma enorme parcela da população não são dadas possibilidades de acesso ao mercado imobiliário. Incluímos ainda em nosso conceito de habitação popular o oferecimento de acesso aos serviços urbanos a essas pessoas de tal maneira a assegurar-lhes condições de vida saudáveis e dignas, transformando-os em verdadeiros cidadãos. Sem esse pressuposto, a moradia fica resumida à garantia de um teto para que essa população possa se reproduzir, mantendo, no entanto, as mesmas condições de exclusão e miséria em que se encontram.

Logo, a moradia é um direito universal e social que deve ser garantido a todo cidadão brasileiro, bem como os serviços urbanos, para que tenham uma vida digna. Entretanto a Política Habitacional é para toda sociedade e a de Interesse Social é para pessoas que tem possui renda de 0 a 3 salários mínimos.

Ao questionar os moradores e os conselheiros sobre o que entendem por Política de Habitação de Interesse Social colocam que:

É um projeto pra quem não tem condições financeiras. Pra quem não tem renda. Por enquanto são poucas favelas, é isso que deu pra gente entender, nós e a favela da Vitória, e vocês vão batalhar.
(suj 1, moradora 20

A)

É aquela que vai dar a casa para nós eu não vejo a hora . Vai ser a maior felicidade da vida, a gente mora em um barraco,

caindo aos pedaços, vem uma chuva e leva tudo, destrói então a gente fica contando os minutos pra acontecer logo, pra gente mudar.

.(suj 3, moradora 15 anos)

Eu acredito que seja aquela da minha casinha, hoje é metade de madeira e metade de tijolo, e ela que vai ajudar, não vejo a hora..

(suj2, moradora ,coletora de reciclável)

O CMH é um fórum democrático e participativo. Entendo-o como colaborativo e não decisivo. Sua maior ou menor importância no desenvolvimento da P.H.I.S. dependerá da legitimidade de seus representantes, da receptividade de suas decisões pelo Poder Público e da qualidade de suas propostas.

(suj 4, pp.e, formação adv)

A política de habitação de interesse social é a que o conselho ta fazendo, levantamento dessas áreas fazendo projetos, mobilizando os moradores , ajudando esses locais que estão sendo prejudicado, as áreas barreirinhas também que tem as nascentes ajudando os locais que estão sendo prejudicados isso é habitação de interesse social .

(suj1, AMs, 1 grau)

Os moradores compreendem que a habitação de Interesse Social é um instrumento de emancipação e lhes oportunizará uma vida com mais qualidade, felicidade, pois é uma necessidade básica própria e de sua família,

Quanto aos conselheiros e técnicos, ao serem questionados, sobre o local do reassentamento relatam:

Conheci alguns locais que poderiam sediar a favela do Parque Real e percebi a preocupação dos técnicos da SEPLAN sobre a localização dos terrenos, e também, que estes fossem próximos a equipamentos sociais visando o atendimento do público alvo.

(Suj 10, p.p, AS)

Adequado, perante critérios técnicos, mas há necessidade de um trabalho no entorno.

(suj 13, p.p, tecnólogo)

O ideal seria mais próximo do local de moradia, mas não havia disponibilidade de lotes com preço acessível e condições topográficas boas no entorno.

*(suj 14, p.p,
arquiteta)*

Acho que foi o melhor que podia ser feito neste momento.

(suj

11,p.p,engenheira)

Observa-se que tecnicamente foi a melhor opção, houve sensibilidade da equipe técnica em escolher o local e que atendesse a necessidade dos moradores em relação aos equipamentos sociais, porém, reconhecem a necessidade de se trabalhar o entorno social.

Enquanto que os moradores, aqueles maiores interessados com relação ao local do reassentamento, entendem que o local é adequado, pois disponibiliza um padrão de vida melhor, saindo de área de risco e facilidade de utilização dos equipamentos sociais, como se comprova pelos depoimentos:

*Aparentemente melhor, tem tudo no lugar, tem padaria perto,
mercado, não tem subida.*

(suj 6,

estudante)

*Foram bem pensadas facilidades perto da Escola, Posto de Saúde,
Creche,cursos.*

(suj 7, moradora, dona de

casa)

*A Rose e a Néia falaram que a gente vai para um lugar melhor,
porque aqui a gente arruma as coisas vem a chuva e leva tudo,
então é melhor, porque aqui não tem solução. Acho igual elas.*

(suj 4, garçnete.)

Os conselheiros, valorizam quanto ao local do reassentamento consideram que houve planejamento com base em estudos técnicos para se evitar áreas de risco, seja por declives de terreno ou, proximidade de córregos, facilidades de acesso através dos meios de transporte e para atendimentos dos serviços básicos, já os moradores, dentro da simplicidade que lhes confere, consideram as facilidades do entorno e a solução para os enfrentamentos dos desafios da natureza e moradia.

Quando se pergunta sobre os benefícios do programa e como isso mudaria a vida deles, os moradores que participaram do estudo afirmam:

O benefício é a casa, casa . .

(suj 2, coletora de reciclável)

Foi consenso no grupo que os benefícios são os cursos, pois vai possibilitar autonomia e geração de renda, e citam alguns como, pintura, manicure panificação, Jardinagem etc..Mas o maior benefício para eles é sem duvida a casa própria.

Grupo

focal

Nota-se que reconhecem como benefício a casa mas está mais evidente os cursos de geração de renda e por serem participantes do programa de reassentamento, colocam com muita maturidade e orgulho que são responsáveis de convidar os moradores, para participarem dos cursos e ainda decidir quais os cursos que querem fazer, quando relatam :

Nós ficamos responsáveis por convidar as pessoas a fazerem o curso eu a Roseli, Angélica, o resto são participantes, são os alunos.

(suj 1, moradora 20 A)

Minetto (2005, p19) pontua que;

A participação como processo de libertação do homem implica estabelecer mecanismos e canais á toda sociedade, o que requer cidadãos que participem, sejam responsáveis, conscientes, familiarizados com a luta política democrática e capacitados para participar da vida da cidade não como moradora apenas, mas, como cidadãos exigindo que se continue através de princípios básicos.

O homem só cria autonomia através da participação, a qual propiciará um desenvolvimento pessoal e social, o programa de reassentamento tem como meta, além de dar condições melhores de habitação, a possibilidade de potencialização dos sujeitos coletivos, pois do montante total do recurso para construção da casa, exige a obrigatoriedade de no mínimo 2% para o projeto técnico social que deverá ser coordenado por assistente social pós início das obras, por 22 meses possibilitando aos sujeitos contemplados autonomia e para o Assistente Social novo campo de trabalho.

4.2.2 Grau do desenvolvimento Pessoal e Social.

O desenvolvimento pessoal e social dos sujeitos, a luz do processo de participação, é associada à necessidade de um verdadeiro e radical processo de transformação cultural, para que haja transparência na implantação de projetos, planos e programas, e um esforço de reeducação da população para que tome conhecimento das leis e dos seus direitos.

Com base nessas considerações procura-se, junto aos conselheiros, verificar como vêm o papel do CMH no desenvolvimento da Política Habitacional e relatam:

Eu acho o papel do conselho é fazer levantamento dessas áreas fazendo, projetos estar mobilizando, ajudando esses locais que estão sendo prejudicados, as áreas barreirinhas também que tem as nascentes ajudando os locais que estão sendo prejudicados.

(suj 1, AMS, 1

grau)

Estar dando prioridades para as áreas de risco, onde a população esta morando sem condições nenhuma, então o conselho tem que estar priorizando recursos destinados a habitação para essas áreas pessoas mais carentes.

(Suj 3, sind. bacharel em

administração)

O CMH é um fórum democrático e participativo. Entendo-o como colaborativo e não decisivo. Sua maior ou menor importância no desenvolvimento da P.H.I.S. dependerá da legitimidade de seus representantes, da receptividade de suas decisões pelo Poder Público e da qualidade de suas propostas.

(suj 4, p.p.e, advogado.)

Todo Conselho é uma instância de Controle Social, tendo poder deliberativo e fiscalizador, sendo de suma importância na concretização desta Política.

(suj 7, p.p,

AS)

Os Conselhos como um todo possuem papel fundamental na execução de políticas públicas. Acredito que um espaço onde unem-se vários atores sociais para discussão de questões em comum sempre produzem aprendizados que são fundamentais para as conquistas de cunho democrático.

(Suj 12, p.p, AS)

Acompanhar a eficiência e a eficácia do Desenvolvimento das Políticas de Habitação no Município, trabalhando para encontrar soluções em parcerias.

(suj 13, p.p

tecnólogo)

*Para nós do poder público é importante contar com a visão de fora,
poder discutir as propostas e dar transparência ao processo.*

*(suj,14,p.p,
arquiteta)*

Os conselheiros têm claro o seu papel, demonstrando que este foi constituído de acordo com a lei, não deixando margem de duvida de indicação conforme interesses pessoais. No entanto, os moradores envolvidos no projeto de reassentamento não possuem nenhum conhecimento sobre o CMH, apenas um sujeito afirma que.

Já ouvi falar de conselho na escola, mas não sei direito o que é.

(suj 4,moradora 13 A,

garçonete) :

Entre os princípios e diretrizes básicos da participação popular e controle social, está a garantia de mecanismos e instâncias de participação, por meio da criação de Conselhos e Conferências de Habitação, nos quais há representantes do governo, dos usuários e do setor produtivo, para formulação e implementação da políticas habitacionais. Esse conselho têm papel decisório, sendo necessária à adoção de “linguagem e metodologia adequadas de forma a garantir a intervenção dos movimentos organizados e dos moradores das áreas em discussão” (INSTITUTO CIDADANIA, 2002, p. 38) porem, para os moradores não tem a visibilidade de seus representantes.

Quando questionados, conselheiros e técnicos que atuam junto a política habitacional, como entendem o papel do Conselheiro relatam:

*O conselheiro tem que estar participando junto ao CMH, visitando
esses locais, ter acesso aos projetos em geral da cidade inteira ,
das ações do plano diretor pra estar resolvendo em geral os
problemas da cidade inteira, qual é o problema maior dentro do
plano diretor e resolver dentro do CMH .*

(suj 1, AMs,1 grau)

*Seu papel é além de fiscalizar os recursos também é dar sugestões
para que seja cumprida essa meta.*

(Suj 3, sind, bacharel em

administração)

O conselheiro é, em primeiro lugar, porta-voz de sua classe naquele fórum democrático de discussão e complementarmente, um agente transformador da realidade.

*(suj 4, p.p.e,
advogado.)*

Vejo o papel do Conselheiro como de extrema responsabilidade, ela deve realmente representar seu segmento, deve se interar da questão da habitação por isso deve se qualificar e se capacitar

*(suj 11,p.p,
engenheira)*

O Conselheiro é um ator social que tem como responsabilidade garantir a efetivação de direitos coletivos, democráticos e de cidadania.

(Suj 12, p.p, AS)

] ...] Trazer novas visões do problema, ajudar a divulgar as ações.

*(suj,14,p.p,
arquiteta)*

Como reflete Demo (1999, p.51) os processos participativos acentuam a cidadania organizada, não a individual, por mais que esta também tenha sua razão de ser. A organização traduz um aspecto importante da competência democrática, por coerência participativa, bem como por estratégia de mobilização e influência e os Conselheiros evidenciam que cada um deles está conscientizado do importante papel que ocupa dentro do Conselho.

A cultura democrática está além da implantação de uma ideologia, trata-se de uma cultura, de uma situação construída e institucionalizada como regra, como valor comum, como modo de ser, o que não descarta o envolvimento dos mais interessados, nesse caso os moradores.

Os Conselheiros, através da participação, asseguram à sociedade os meios de se defender e de atuar no sentido de seu desenvolvimento real, já que devem buscar solução dos problemas coletivos e com quem melhor conhece e sente os problemas reais do cotidiano, faltando, no entanto, o envolvimento dos mais interessados.

Evidenciar quais as expectativas dos conselheiros e técnicos com o reassentamento, também foi objeto de investigação e confirmam:

Vislumbro o fim das favelas.

.(suj 9,p.p, arquiteto)

‘A minha expectativa é que o reassentamento seja realmente concretizado, atendendo desta forma não só a questão do deslocamento da população das áreas de risco, mas que este público alvo possa sair da situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social que se encontram.

(Suj 10,p.p, AS)

O publico do reassentamento enfrentam vários tipos de problemas sociais e econômicos, com certeza estão excluídos de muitas atividades sociais. O que eu espero é que o novo ambiente proporcione novas expectativas, novas buscas para nos e para a população.

(suj 11,p.p, engenheira)

Poder contribuir para o desenvolvimento local.

(suj 13 .p.p,tecnólogo)

A expectativa é muito grande de realmente mudar a condição de vida dessas famílias e desse trabalho servir de modelo e incentivo para as demais ações que pretendemos desenvolver.

*(suj,14,p.p,
arquiteta)*

Como se verifica, todos envolvidos, direta ou indiretamente, na política habitacional têm no reassentamento grandes esperanças que este seja um espaço de tolerância, de reconhecimento e estratégia para a universalização de direitos (humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais), assim como para a promoção humana.

Pensar na promoção humana é pensar no seu desenvolvimento pessoal e social e conseqüentemente no desenvolvimento da comunidade que segundo Mineto (2005, p. 20) é um processo de amadurecimento em relação a si mesma e se transforma em novas possibilidades de ser.

Revelar o processo de participação dos envolvidos se torna necessário para o estudo. Os técnicos apontam que as dificuldades se iniciaram desde a coordenação do projeto, pela falta de tempo para se dedicar ao mesmo, pela não liberação de chefia, além da falta de recursos humanos e financeiros, não disponibilizados, como relatam:

A maior dificuldade é financeira , por parte da secretaria que não dispõe de recursos para investir nos projetos.

.(suj 9,pp, arquiteto)

A minha participação foi enquanto técnica da SEBES e Coordenadora do levantamento de dados da favela em foco visando subsídios para o projeto de reassentamento, portanto a

minha participação em todas as etapas do trabalho foi muito importante. Não tive dificuldades na participação
(Suj 10, p.p, AS)

Trabalho na coordenação. Não vejo dificuldades talvez tempo.
(suj11, p.p, engenheira).

Não tenho dificuldades, somente acredito que deveria estar mais presente nas ações que envolvem a mobilização social,
(Suj 12,p.p, AS.l)

Liberação de “chefia” para as ações.
(suj 13, p.p, tecnólogo)

Em vista das demais ações que desenvolvemos, é a falta de tempo para acompanhar as famílias mais de perto.
(suj,14,p.p,
arquiteta)

Nota-se a maior dificuldade encontrada é a falta de tempo, seguida do próprio envolvimento. Se há dificuldades de participação por parte dos técnicos e conselheiros, os moradores afirmam ter participado de todas as reuniões realizadas, principalmente as mulheres, pois, segundo elas, os homens não acreditam no projeto, apesar que, no início elas também estavam descrentes e desanimadas, conforme relatos:

A gente estava meio desanimada, a gente está com medo, porque é período de eleição, eu sei que é a palavra de vocês, fazendo as reuniões, mas a gente ficou com o pé atrás, mas estamos com uma expectativa muito grande.

(suj 1,moradora 20

A)

Os homens principalmente não acreditam, dizem que é mentira, a mulher é mais esperançosa .
(suj 2, moradora 13 A,coletora de reciclável)

È ótimo,participo pelo contato, pra saber o que está se passando, como está, se não tiver união a gente está perdida.
(suj 3, moradora bairro 15 anos)

Quanto ao horário das reuniões, afirmam ser adequado para elas (mulheres), mas não para os homens, já que a maioria trabalha fora do local, conforme relatos:

Pras mulheres o horário está bom sim, pros homens não, eles trabalham.

Eles não gostam de participar porque são homens

(suj 13 moradora, coletora reciclável)

O horário não está bom porque tem muitos homens solteiros e eles trabalham, mas estão sabendo de tudo. E eles ficaram bravos porque as meninas (CRASS) falaram que era reunião da casa e chegaram lá era do Bolsa Família, num sábado. E só tinha mulher.

(suj 1, moradora bairro 20 A)

Há que considerar que as reuniões com os técnicos são de esclarecimentos e mobilização para o envolvimento dessas famílias no projeto de reassentamento e de gerar renda. Entende-se que tais famílias, através da participação nos cursos é que alcançarão seu desenvolvimento pessoal e social, logo é o caminho da emancipação.

Outro dado interessante é a unidade em relação ao pertencimento familiar, pois estão se organizando para ficarem próximos, conforme afirmam

Vai melhorar tudo, vai melhorar até a minha psicologia, porque eu moro do lado de um ex-marido que me xinga 24 horas. Minha vida vai mexer em tudo. A chance de eu ter uma vida melhor. A gente já foi abusada no osso.

(suj 1, moradora 20 A)

É bom porque aqui a gente fica gastando, gastando e a gente sabe que é um lugar inválido, que a gente sabe que não é da gente, a gente não tem um papel, então vai ser bom pra nós mesmos. Já gastei com tudo, em torno de R\$ 4.000,00.

(suj 13, moradora 13 A, coletora reciclável)

Tudo de bom, principalmente a vizinhança que vai tudo junto.

.(suj 3, moradora 15

anos)

Questionados em como será a casa para onde irão se mudar, percebe-se que têm conhecimento do local da moradia e que esta visa à qualidade de vida, pois relatam que já visitaram uma casa que tem o padrão das que serão construídas e até já planejam o que fazer e como se organizar na nova casa, como se verifica:

Sei sim. Perto da Creche tem uma casa desse padrão (uma água) e a gente já viu (perto do CRASS). A gente fica namorando ela, eu mesma já entrei lá dentro. A gente sabe baseado no que vocês mostraram pra gente na planta. :

(suj 1, moradora 20

A)

Sim. Por ser de uma água só a gente já imagina ser aquele modelo daquela que tem perto do CRAS.

(suj 2, moradora 13 A, catadora de

reciclável)

Eu sei. A gente lembra que foi falado na reunião de por janela e porta mais barata pra poder quem tem mais filho, fazer um quarto a mais, o muro de arrimo que vai ser plantado grama pra não ter mais perigo.

(suj 1, moradora 20

A)

Eu sei., vocês perguntaram se a gente queria com laje ou sem laje, a gente preferiu um quarto a mais, sem laje.

(suj 13, moradora 13 A, coletora

reciclável)

Nota-se que apesar de ser um projeto não definido por eles, de ser ainda um projeto desacreditado por alguns, percebe-se que os envolvidos procuram definir sua casa conforme sua realidade familiar.

Para aqueles que são segregados em bairros periféricos da cidade ou em áreas de risco (favelas), os recursos oferecidos refletem e reforçam sua exclusão e os mecanismos de não participação existentes também esse é o sentimento percebido pelos moradores participantes do reassentamento:

Teve uma vez que recebemos uma carta falando que íamos ser despejados daqui da favela, ai recorremos à Associação de Moradores. Só que eles discriminam a gente, vão fazer abaixo assinado pra tirar a gente daqui, que o lugar é feio, que tem que tirar a favela, que desvaloriza a casa deles, então a gente é muito discriminado. Que tem que passar dentro da favela. Só que nós não somos o problema aqui, os problemas que acontecem aqui são abaixo da favela, no bairro ao lado, só que nós levamos a fama por que somos da favela. Aqui todo mundo é trabalhador. Se você pedir

um remédio não vem, se pedir uma pizza não vem, você não pode pedir nem uma pizza; moto táxi, nem pensar, não quer vir, somos muitos discriminados.

(suj 1, moradora do bairro, 20

A)

A participação política está diretamente ligada a conscientização do indivíduo e ao natural anseio de influir de algum modo nas decisões de poder que repercutem diretamente sobre seus interesses por isso, é necessário também saber como pensam os sujeitos (conselheiros, moradores e técnicos) em relação ao papel do Poder Público local, na implantação da Política de Habitação de Bauru e relatam:

Se interessado, é o caminho. O poder público possui as ferramentas para desenvolver de forma organizada estas questões, isto não significa que a população não possa resolver seus próprios problemas desde que seja organizada, politizada e consciente de suas necessidades e disponha em buscar as melhorias em conjunto com a comunidade envolvida.

(suj 8, p.p, ad. empresa)

O papel das secretarias e do poder público é muito importante porque tem que estar presente junto com os conselhos porque uma cabeça pensando é difícil duas já resolve o problema.

(suj 1, AMS, 1 grau)

No passado omissa, no momento mais atuante.

(suj 2, E.p, formação prof.

universitária)

Bem, o Poder Público é quem recebeu da sociedade a responsabilidade de articular as ações na área, integrar as ações nas diversas instâncias de governo e de discussão, garantir as fontes de recursos e implementar os programas, ou seja, papel absolutamente fundamental na P.H.I.S.

(suj 4, p.p.e,

adv.)

O executor do Projeto elaborado pelos setores envolvidos e pelo Conselho (Participação Social), é, portanto o maior responsável na realização do Projeto.

(suj 6, sind, superior incompleto)

Percebe-se que as concepções variam conforme o envolvimento e condições que ocupa dentro da hierarquia social de uma sociedade capitalista e de classe.

Portanto, essa nova abordagem, voltada para o desenvolvimento social e para a garantia dos mínimos sociais a todos os cidadãos, começa a exigir uma interferência intencional e monitorada nas questões que estão no espaço de governabilidade da Prefeitura, demandando a identificação de problemas dos grupos populacionais, em relação a padrões de qualidade de vida e requerendo ações que articulem saberes e experiências de diversos campos do conhecimento.

4.2.3 Importância da intersetorialidade na efetivação do programa.

Intersetorialidade é aqui entendida como a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico no desenvolvimento social. Visa promover um impacto positivo nas condições de vida da população, num movimento de reversão da exclusão social, o que possibilita o real desenvolvimento e potencialização dos sujeitos coletivos, obviamente do desenvolvimento da comunidade.

As estruturas setorializadas tendem a tratar o cidadão e os problemas de forma fragmentada, com serviços executados solitariamente, embora as ações se dirijam à mesma criança, à mesma família, ao mesmo trabalhador e ocorra no mesmo espaço territorial e meio-ambiente. Conduzem uma atuação desarticulada e obstaculizam mesmo os projetos de gestão democrática e inovadora. O planejamento tenta articular as ações e serviços, mas a execução desarticula perde de vista a integralidade do indivíduo e a inter-relação dos problemas.

Torna-se muito difícil, com esse modelo de operação fragmentada, promover condições de inclusão sócia, que não passem por itens isolados ao invés de um conjunto de direitos relacionados entre si. O alcance de uma condição isolada, além de mais difícil, não promove a inclusão dos indivíduos e, freqüentemente, perde até o seu próprio impacto.

Para tanto evidenciar como pensam os sujeitos Conselheiros, técnicos sobre a importância da intersetorialidade na efetivação do programa de reassentamento, afirmam:

*A Intersetorialidade é uma ligação entre secretarias?, acho que sim, uma secretaria depende da outra , exp. obras depende do meio ambiente para aprovação das áreas enfim uma ta ligada a outra.
(Suj 3, sind, bacharel em administração)*

Estou entendendo como a interação/participação de todos os setores/áreas/instituições envolvidas participando, acho fundamental esse entrosamento/colaboração, é a somatório de todas as forças que trarão, o “produto” final mais completo, melhor.

(Suj. 5, p.p.n,

Bancaria)

A intersetorialidade é importante sim por que existem tarefas, projetos e políticas em vários setores das esferas de governo, que precisam interagir para que o Plano funcione na sua integridade.

(suj 6,sind, superior

incompleto)

A intersetorialidade na efetivação dos trabalhos permite a construção e implementação de metodologias participativas, possibilitando que o público alvo trace um diagnóstico de sua realidade e seja protagonista de sua mudança, através do acesso às Políticas Públicas.

(Suj 10,p.p, AS)

A intersetorialidade é essencial, pois a formação do “ser” e das políticas públicas principalmente, não se desenvolvem isoladamente, devendo existir ações integradas em todos os setores que contribuem para a formação do indivíduo.

(suj 13,pp,

tecnólogo)

A intersetorialidade é importante porque alia conhecimento de técnicos de várias áreas de formação, além de possibilitar a integração das políticas dispersas nas diversas secretarias. A comunidade também deve participar com seus conhecimentos, pois a efetivação do programa depende do envolvimento da população diretamente interessada.

(suj,14,p.p,

arquiteta)

Os pesquisados demonstram ter entendimento sobre o que é intersetorialidade e sua importância, de forma que permite a construção e implementação de metodologias com o público alvo. Afirmam que as especificidade não são possíveis se tratadas por uma única política pública, já que envolvem várias questões. Apontam, também, que para implantar uma nova lógica de trabalho no aparato de um governo, é preciso decisão política, pois implica fraturar a velha moldagem que reflete, na organização municipal, uma determinada estrutura de poder, onde cada secretaria realiza sua ação .

A intersetorialidade alia conhecimento de técnicos de várias áreas de formação e

possibilita a integração das políticas dispersas em diversas secretarias e entendem que as secretarias deveriam estar envolvidas, conforme relatos:

Para que ocorra a intersetorialidade todas as Secretarias devem estar envolvidas, principalmente as gestoras das Políticas Públicas.

(suj 7 ,p.p,

AS)

Eu vejo, assim as secretarias que deveriam estar envolvidas SEBES, SEPLAN, As Regionais administrativa que infelizmente não tem mais, mas era importante, pois atendia as comunidades mais de perto, Defesa Civil e as demais secretarias da prefeitura que deveria participar.

(suj 1, AMs,1

grau)

Deviam estar envolvidas Habitação e Meio Ambiente, devido à relação

entre os temas. (suj 2, e.p. prof.

universitária)

Secretarias de Obras, SEBES, Meio Ambiente, eu acho que essas três são prioridade alem da Educação porque se você vai tirar famílias de um lugar para outra vai ter ver escolas, saúde também tem que estar juntas.

(Suj 3, sind, bacharel em

administração)

Planejamento, Obras, SEBES, Meio Ambiente, Finanças, COHAB, Caixa Econômica Federal, cada uma destas é responsável por parte do Projeto, nas três esferas de governo, e finalmente o Ministério das Cidades, que coordenará na esfera Federal.

(suj 6,sind, superior

incompleto)

A Procuradoria Jurídica da Prefeitura que ficará responsável para regularizar as áreas, pois normalmente são invadidas e terão que desapropriar ou definir outro local para que estas pessoas possam residir;A Secretaria de Planejamento para todo contato com os envolvidos, análise das necessidades, levantamento de demanda, e estabelecer um projeto a ser desenvolvido; A Secretaria de Obras para execução do projeto seja ele de total responsabilidade da realização pela secretaria ou dividida com a comunidade caso a construção seja definida com a participação dos envolvidos em mutirão;

(suj 8, p.p, ad.

empresa)

Intersetorialidade é aqui entendida como a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico no desenvolvimento social. Visa promover um impacto positivo nas condições de vida da população, num movimento de reversão da exclusão social.

No entanto percebe-se pelas respostas dos pesquisados que a participação ainda é tímida das secretarias e dos técnicos na implantação do programa e políticas integradas, pois relatam como vêm a participação das secretarias envolvidas de forma incipiente:

Se eu tivesse participado poderia expor melhor, mas independente disso, acredito que seja quem for escalado ou convidado a participar deva se comprometer com todas as fases do processo e buscar a realização deles da melhor forma possível indo de encontro com os objetivos estabelecidos.

(suj 8, p.p, administração de empresas)

Acho que ainda é tímida a participação de alguns órgãos no processo necessitando de uma maior mobilização para atendimento integral ao público alvo.

(suj 7.p.p , AS)

Eu vejo assim: a Sebes cuida lado social, a favela precisa do lado social, Defesa Civil (tempo de chuva tem desabamento ,entendeu) à Secretaria de Planejamento (ela é especial porque ela vai fazer projeto de planejamento para remoção daquelas pessoas para uma área mais segura). Todos esses seguimentos que falei tem uma importância dentro disso.

(suj1, AMs, 1 grau)

Na medida do que é possível, boa.

(suj 2, e.p, prof. universitária)

Sim com certeza estar dando prioridades para as áreas de risco, onde a população esta morando sem condições nenhuma.

(Suj 3, sind, bacharel em administração)

A participação das diferentes Secretarias é fundamental, não pode haver falha de nenhum destes setores ou órgãos, por isso o próprio Ministério das Cidades exige a interação.

(suj 6,sind, superior

incompleto)

Quando alguém diz “ quem for escalado tem que participar é se colocar um não à participação consciente, mas sim obrigatória e às vezes, até sem domínio do que fazer. Hoje há exigências do Ministério das Cidades à intersetorialidade, porem, o modelo de operação fragmentada, para promover condições de inclusão social, ainda está presente em itens isolados, e o conjunto de direitos relacionados entre si, ainda caminha a passos lentos . O alcance de uma condição isolada, além de mais difícil, não promove a inclusão dos indivíduos e, freqüentemente, perde até o seu próprio impacto.

Os conceitos de intersetorialidade e descentralização aproximam-se, na medida em que este último é compreendido como a transferência do poder de decisão para as instâncias mais próximas e permeáveis à influência dos cidadãos. O primeiro diz respeito ao atendimento das necessidades e expectativas desses mesmos cidadãos, mediante tais definições, busca-se saber se os moradores conhecem os técnicos que estão trabalhando nesse programa, e qual seu papel, se eles estão contentes com a ação dos mesmos e relatam

Conhecemos a Maria Helena que é arquiteta, Tânia engenheira, Sueli que vai ser assistente social (risos), e agora a Natacha que é estagiaria e está tirando fotos e fazendo filmagem do bairro. Também vocês falaram que tem a firma que vocês vão contratar, a construtora, a Caixa Econômica e a Presidência (LULA PAC) Estamos contentes com os técnicos sim, tem feito as reuniões com a gente e deixa a gente a par de tudo que acontece.

Reunião

focal

Relatam que conhecem alguns técnicos, os quais participam, desde o início do projeto, desde as reuniões com eles, para a elaboração do projeto de reassentamento e do projeto Técnico Social. Logo, são técnicos que tem envolvimento com a comunidade, estabelecendo-se vínculos, daí a denominação apenas de alguns.

Deve-se distinguir processo de mudança social de processo de transformação social. Processos de mudanças são processos de modernização, ou seja, um sistema sofre modificações, mas não ocorrem mudanças no sistema, já transformações sociais, são alterações substantivas, é um movimento no sentido da supressão dos fundamentos, via construção, sem rupturas da sociedade, sem exploração e opressão de classe, nesse momento, na realidade pesquisada ainda se tem um processo de mudança social.

Segundo Netto (1998, p.28) a transformação social:

Não é apenas uma função da existência objetiva de requisições e demandas socialistas: ela é, ainda e sobretudo, função de uma vontade política capaz de fundar uma estratégia apta a orientar a ação política dos homens para a constituição de uma nova ordem social.

Logo, a transformação possibilita a politização do homem, cuja práxis no seu operar mobiliza não só o conhecimento objetivo, mas um conjunto de normas e valores que possibilitam o encaminhamento da ação aos objetivos, unindo teoria e prática, o que exige um compromisso ético e político do profissional de Serviço Social.

Percebe-se pelas respostas dos moradores que eles não utilizam com muita frequência o CRAS. Alguns nem conhecem, outros já procuraram por serviços oferecidos. Segundo relatório do CRAS, das trinta e quatro famílias, somente sete recebe bolsa família. A figura do Assistente Social tem importância na relação com os moradores, porém com uma tendência a identificá-los como assistencialista, pois é quem cuidam da cesta básica, inscrições nos cursos e programas, na questão do emprego, ainda que timidamente tente organizar os moradores.

Questionados se conhecem o trabalho do Assistente Social e do CRAS, relatam:

Antes do projeto eu não tinha ido ao CRAS. Assistente Social levou a cesta básica em casa, depois eu fui. Se não é o empurrão da Rose e do marido dela, eu não teria ido fazer o cadastro.

*(suj 8, moradora,
lavadeira)*

A Assistente Social está junto, ela teve que fazer o cadastro, aí a gente teve que fazer, foi difícil, mas todo mundo fez, tudo feitinho, tudo pronto. O papel do Assistente Social é importante. .

*(suj2, moradora, coletora de
reciclável)*

Antes do projeto de assentamento eu nunca tinha ido lá, a primeira vez que fui até o CRASS foi depois de ser sido contemplada pelo projeto, fui fazer o cadastro, a Assistente Social não participa desde o começo com a gente no projeto..

*(suj 11, moradora, coletora de
reciclável)*

Eu conheço o CRAS, estive lá pra fazer o cadastro do Bolsa Família, também consegui encaminhamento para tratamento com psicólogo, e também porque a gente teve que ir até lá para fazer um segundo cadastro que será entregue a Caixa Econômica eu acho que o papel da Assistente Social é importante.

(suj 1, moradora, há 20 anos)

Eu só fui conhecer o CRAS depois do projeto de reassentamento quando fui até lá para fazer o cadastro e inscrição do projeto não tinha tido contato com a Assistente Social.

(suj 7, moradora, há 15 anos)

Eu nunca fui lá, fui à primeira vez foi depois do projeto, fui fazer o cadastro, e inscrição o projeto.

(suj 13, moradora 13 A, coletora reciclável)

A redistribuição do poder também é uma decisão política, denominada de político-administrativa ou territorial, porque não se refere apenas à transferência de atribuição de decisão para outro órgão, como também envolve uma dimensão geográfica ou espacial.

Nesse envolvimento espacial, territorial cabe ao Serviço Social através de ações educativas e políticas incentivá-los a participar de cursos, visando a emancipação financeira e potencialização desses sujeitos, para que possa haver transformação social na realidade dessas famílias, com real sentimento de pertencimento.

5 CONCLUSÃO E SUGESTÕES

O objetivo geral do estudo é evidenciar o Desenvolvimento Social e Pessoal dos sujeitos envolvidos com a Implantação da Política Habitacional de Interesse Social em Bauru, com foco no projeto de reassentamento do Parque Real. Como problema, apresenta-se a Intersetorialidade da Política Habitacional de Interesse Social possibilita o Desenvolvimento Pessoal e Social dos sujeitos envolvidos?

Como resultados dos estudos elaborados com os Conselheiros, Técnicos e moradores envolvidos com a política habitacional verificam-se que têm conhecimento sobre a política habitacional e demonstram um posicionamento crítico em relação ao papel do

poder local nessa política, pois entendem que são elaboradas para atender famílias mais necessitadas.

Quanto ao Desenvolvimento Pessoal e Social, está associado a necessidade de um verdadeiro e radical processo de transformação cultural, pois, vê-se que os conselheiros eleitos tem clareza do seu papel na elaboração das políticas públicas, porém, os usuários não sabem o que é o Conselho, seu papel e nem sua importância no processo, daí a necessidade de se tornar conhecido com sua real função perante a sociedade, o que acontece num processo de co-participação e co-responsabilidade.

A Intersetorialidade pode-se dizer que a totalidade dos sujeitos envolvidos a vê como solução para o enfrentamento da demanda e efetivação da política habitacional. Entendem que, somente através de políticas transversais, inter-setoriais e vontade do poder político local, pode haver efetivação de fato, com justiça social, dos direitos à população. Portanto, há que se mudarem as estruturas que estão fragmentadas. Ao invés de lutarem solitariamente, terão que lutar solidariamente, com integração das políticas, hoje para maioria isoladas, para um único objetivo.

No entanto, em relação a participação do Profissional de Serviço Social há que se tecer algumas considerações, pois percebe-se que este trabalho é mais restrito em relação aos que já desenvolvem no CRAS, porém é um trabalho incipiente, pois, das trinta e quatro famílias do projeto de reassentamento, vinte e uma não recebem nenhum tipo de benefício sócio-assistencial, logo não possuem vínculo com o Serviço Social. Estão inscritos em serviços sócio-assistenciais apenas oito moradores, em um universo de cento e dezesseis, moradores e são cadastrados no CRAS menos da metade desse total de moradores, logo, são sujeitos reconhecidamente vulneráveis e que não são atendidos pelo Serviço Social. Entende-se que a especificidade da Assistência não é a política de habitação, mas o profissional de Serviço Social é formado com conhecimentos teóricos e metodológicos, fundamentado no Código de Ética, com formação dialética e preparado para atuar tanto na Política de Assistência como na Política Habitacional, ou melhor, tem formação para atuar inter-setores, pois as famílias são vulnerabilizadas em todos os sentidos.

Portanto, a hipótese foi parcialmente comprovada, tendo em vista que a pesquisa evidencia que a Intersetorialidade da Política Habitacional de Interesse Social como possibilidade de Desenvolvimento Pessoal e Social, terá que ultrapassar as atitudes teórico-crítica dos problemas habitacionais e adotar práticas transformadoras, com engajamento dos diferentes setores públicos e da sociedade, através de práticas sociais que propiciam mudanças na realidade, uma vez que contempla valores como autonomia, democracia, dignidade da pessoa humana, solidariedade, equidade e respeito. A participação da

população e o engajamento de governantes, iniciativa privada e profissionais de diferentes áreas contribuem para a construção de cidades mais dignas e democráticas, em Bauru está acontecendo timidamente.

Como sugestão, propõe-se que a Faculdade de Serviço Social coloque em sua grade curricular nos seminários temáticos de STTP a disciplina de Política Habitacional para poder formar profissionais capacitados para o enfrentamento da implantação dessa política, com maior conhecimento no assunto e permitir atender a indicação do Ministério das Cidades para que nas equipes, diretorias ou secretarias forem criadas, façam parte o Assistente Social.

Propõe-se, ainda que, a prefeitura crie um Departamento ou Secretaria com profissionais de diversas formações, voltados à implantação dessa política, para poder executá-la no município de Bauru seguindo, inclusive, orientação do Ministério das Cidades.

REFERÊNCIAS

A Assistência Social passa por profundas mudanças no Brasil. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/suas/conheca/>>. Acesso em 16 abr. 2007.

AVRITZER, L. **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

A questão Social no Capitalismo. **Temporalis**. Brasília, DF: ABEPSS, Grafline, ano II, nº 3, p. 09-32. jan. à jun. 2001.

BAURU. Prefeitura Municipal. Decreto nº 10039/2005. Cria o Grupo de Trabalho encarregado de elaborar o Plano Diretor do Município de Bauru. **Diário Oficial do Município**. 20 mai. 2005.

BAURU. Prefeitura Municipal. Projeto de Lei nº 75/2006. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Bauru. **Diário Oficial do Município**, 23 set. 2006.

BAURU. **Plano Diretor Participativo: Etapas do PDP**. [s.d.] Disponível em: <<http://www.bauru.sp.gov.br>>. Acesso em 07 jan.2008.

BAURU. Prefeitura Municipal. **Relatório da 3ª Conferência Municipal de Bauru**. Bauru: PMB, 2007.

BAURU. Prefeitura Municipal. **Lei nº 5.523 de 27 de dezembro de 2007. Estabelece a Política de Habitação (PMH), cria o Conselho Municipal de Habitação (CMH), cria o Fundo Municipal de Habitação (FMH) e cria o Grupo Gestor do Fundo**. Diário Oficial do Município, 29 dez .2007.

BAURU. Prefeitura Municipal. **Lei nº 5.631 de 22 de agosto de 2008. Institui o Plano**

Diretor Participativo do Município de Bauru. Diário Oficial do Município, 26 ago. 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 11.124 de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.** Diário Oficial da União, 17 jun. 2005c. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm>; Acesso em 27 fev 2007.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Guia de orientações para adesão dos Estados, Distrito Federal e Municípios ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).** Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, abr. 2006a. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/biblioteca/publicacoes-e-artigos/publicacoes-do-kit-direito-a-moradia-1/GuiaAdesaoSNHISFNHIS.pdf>>. Acesso em 11 fev 2008.

BRASIL. Decreto nº 5.790 de 25 de maio de 2006. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências. **Diário Oficial de União**, 26 maio 2006b. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5790.htm#art22>. Acesso em 11 fev 2008.

BRASIL. Ministério das Cidades. Conselho das Cidades. **Resolução nº 9 de 08 de junho de 2006. Recomenda e orienta os municípios acerca da obrigatoriedade de aprovação dos planos diretores no prazo legal de 10 de outubro de 2006.** Diário Oficial da União, 13 jul. 2006c, Seção 01, nº 133, p.60.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Políticas Públicas com Participação Popular.** Brasília: Secretaria Executiva do Conselho das Cidades, 2006f. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/biblioteca/publicacoes/LivroPoliticas.pdf>>. Acesso em 02 jun.2008.

BRASIL. Lei nº 11.673 de 8 de maio de 2008. Altera a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 - **Estatuto da Cidade, para prorrogar o prazo para elaboração dos planos diretores municipais.** Diário Oficial da União, 9 maio 2008. Disponível em: <http://www.planalto.org.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/Lei/L11673.htm>. Acesso em 02 jun.2008.

BRASIL, Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos; Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretriz geral da política urbana - 2 ed.- Brasília: Câmara dos deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

BRASIL, **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL(CNAS).** Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS. Brasília, 2005.

BRASIL, **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS).**

Resolução

nº 145, de 15 de outubro de 2004. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Brasília, 2004.

CAPISTRANO, David. **Poder local e a habitação popular**, Alcalde de la ciudad de Santos-Estado de Sao Paulo, Versión en castellano: El poder local y la vivienda popular. Fecha de referencia: 30-04-1997. Disponível em: <<http://habitat.aq.upm.es/iah/ponenc/a002.html>>. Acesso em: janeiro 2008. DEMO,

Pedro. **Pobreza da Pobreza**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2003.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 2000.

DOWBOR, L.O **que é poder local**. Coleção primeiros passos. ed. Brasiliense, 1994.

ESTATUTO DA CIDADE: **Guia para implementação pelos municípios e cidadãos**: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. - 2 ed. - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

FALEIROS, V. P. **Desafios do Serviço Social na era da Globalização**. Serviço Social e Sociedade. Ano XX, São Paulo: Cortez, 1999.

FALEIROS, V, DE, P. **O que é política social**. Ed. 5. São Paulo: Brasiliense, 1991.

GONSALVEZ, Vania Maria Mara Nascimento. **Estado, sociedade civil e princípio de subsidiariedade na era da globalização**. Rio de Janeiro, Renovar, 2003.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: Trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2003.

Jornal da Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM, por Geraldo Wander, Disponível em: <http://www.conam.org.br/JORNAL_NOV2007.pdf> Acesso em fevereiro de 2008.

KOGA, Dirce; NAKANO, Kazuo. Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. In: **Serviço Social & Sociedade**. nº 85. São Paulo: Cortez Editora, mar.2006.

LEBRUN, G. **O que é poder**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEITE, José Correa (org) et al. **Território e Sociedade** – São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo. Abril 2000.

LEGISLAÇÃO Brasileira para o Serviço Social. São Paulo: CRESS/SP, 2004.

MARICATO, E. SANTOS JR, O A. Dossiê: Conferências Nacionais - Uma política urbana participativa em 02/07/2006 **A criação do Ministério das Cidades, a implantação do Conselho das Cidades e a realização das conferências nacionais são conquistas do movimento pela reforma urbana brasileira**. Disponível

em:<<http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?Storyid=3225>>, Acesso em fevereiro de 2008.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINETTO, G.P.; MARTINS, L.C.O. Participação popular e ação profissional do assistente social: elementos imprescindíveis para a transformação social. In: **Serviço Social & Realidade** (Franca), v.10, n.2, 2001.

MINETTO, G.P, **Descentralização: uma possibilidade de fortalecimento do poder local. Construindo o Serviço Social**. N.6, Bauru: Edite, 2005.

MONTORO, Franco.Participação: **Democracia com desenvolvimento**. São Paulo, Laser Press, 1991.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Cidadania e advocacia no Estado democrático de direito. Revista Da Procuradoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro, n. 50,1996.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço social no Brasil pós -64**. São Paulo, Cortez Editora,1991.

OLIVEIRA, F. A economia política da social democracia. **Revista USP**, n. 17. São Paulo, 1993.

SANTOS, Jr Orlando . Moradia: direito social, **Revista do Confea** ,Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia,VIII-n. 20, out/nov/dez.2004 disponível em: <http://habitat.aq.upm.es/iah/ponenc/a002.html>: Acesso em janeiro 2008.

POCHMANN, M. (Org.) et al. **Atlas da Exclusão Social: Agenda não liberal da inclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

RIGITANO, Maria Helena C.; BARBASSA, Ademir P. A **participação** popular nos planos diretores de Bauru: o discurso e a prática. In: FONTES, Maria Solange G. de C.; GHIRARDELLO, Nilson (org.). **Olhares sobre Bauru**. Bauru: Canal 6, 2008.

RIGITANO, Maria Helena Carvalho. Gestão urbana e participação popular: a metodologia de elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Bauru. UFSCar – PPGEU, 2006.

SANTO ANDRÉ. Prefeitura Municipal. **Santo André: Plano Municipal de Habitação**. Santo André, 2006.

SOUZA, M.I.F.P. **O Projeto de Pesquisa**. Bauru: Faculdade de Serviço Social de Bauru, 2006.

SPOSATI, A. Mínimos Sociais e Seguridade Social: uma revolução da consciência da cidadania. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XVIII, n.55, p.09-38, nov.1997.

_____. Especificidade e intersectorialidade da Política de Assistência Social. **Revista serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n 77, de 2004.

TEIXEIRA, M. R. R. **Justiça de direitos modernos: O projeto Ministério Público vai as ruas na Baía**. Dissertação de Mestrado Em Ciências Sociais, pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão, A proposta de empowment e sua complexidade: uma razão histórica na perspectiva do Serviço social e saúde mental. **In Serviço Social e Sociedade**. vxxII, n 65, p. 5- 53, 2001.

VAZ, J.Carlos, Políticas territoriais e desenvolvimento econômico local: Aspectos Econômicos das Experiências de Desenvolvimento Local, São Paulo: Instituto Polis, 19 maio 2004, Disponível em <<http://www.polis.org.br>>. Acesso em 10 janeiro, 2008.

YAZBEK, M.C. **Classes Subalternas e Assistência Social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

WRIGHT, James T.C.; GIOVINAZZO, Renata A. Delphi - uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. In: **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, v.01, nº 12, 2º trim./2000.